

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS SERTÃO – UNIDADE SANTANA DO IPANEMA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

RODOLFO VILAR DOS PRAZERES

**O Desenvolvimento do APL de Confeções: Um estudo Socioeconômico sobre o Agreste
Pernambucano**

Santana do Ipanema

2016

RODOLFO VILAR DOS PRAZERES

**O Desenvolvimento do APL de Confecções: Um estudo Socioeconômico sobre o Agreste
Pernambucano**

Monografia apresentada como um dos requisitos para obtenção de título de
bacharel em Ciências econômicas pela Universidade Federal de Alagoas.

Orientador: Prof. MSc. José Francisco de Oliveira Amorim

Santana do Ipanema

2016

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Unidade Santana do Ipanema
Responsável: Rafaela Lima de Araújo

- P895d Prazeres, Rodolfo Vilar dos.
 O desenvolvimento do APL de confecções: um estudo socioeconômico sobre o agreste pernambucano/ Rodolfo Vilar dos Prazeres.
 f.79; il.
 Orientador: José Francisco de Oliveira Amorim.
 Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Alagoas. Unidade Santana do Ipanema. Curso de Ciências Econômicas. Santana do Ipanema, 2016.
 Bibliografia: f. 77-79.
 1.Arranjo produtivo local 2.Desenvolvimento regional 3.Polo de confecções I. Título.

CDU: 33

Folha de Aprovação

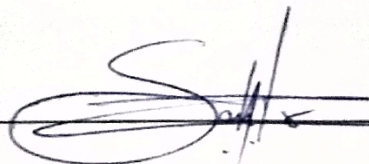
RODOLFO VILAR DOS PRAZERES

O Desenvolvimento do APL de Confeccões: Um estudo socioeconômico sobre o Agreste
Pernambucano.

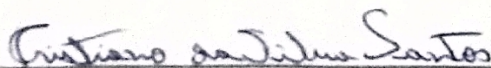
Monografia apresentada ao curso de Ciências Econômicas como um dos
requisitos para obtenção de título de bacharel em Ciências econômicas pela
Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 20 de outubro de 2016.

Banca examinadora:

Prof. MSc. José Francisco de Oliveira Amorim, UFAL. (Orientador)



Prof. MSc. Fabricio Rios Nascimento Santos, UFAL. (Examinador 1)



Prof. MSc. Cristiano da Silva Santos, UFAL. (Examinador 2)

Dedico este estudo à minha mãe, que contribuiu com meu interesse nas minhas primeiras leituras, e à Academia, que lapidou-me no que hoje sou.

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente a minha família, em especial à minha mãe, que desde minha infância teve paciência em minha insistência na aprendizagem da leitura. Agradecer também a todas as minhas tias (Tia Lucieide, Luciene, Fátima e Janaina) e aos meus avós, Ismênia e Fernando, por terem me ajudado em cada obstáculo e dificuldade. Em especial também ao meu primo Lucas, que sempre esteve ao meu lado, em todos os momentos, como um grande irmão.

Ao Professor Msc. José Francisco, que sem a sua contribuição não conseguiria concluir essa fase tão esperada em minha vida acadêmica. Muito obrigado por toda sua dedicação, sua paciência e seu conforto. Sem sua participação, essa monografia não teria o mesmo sentido.

Também agradeço ao Professor Dr. José Menezes, que durante a disciplina de TPE contribuiu imensamente na construção e lapidação do tema desse trabalho. Da mesma forma, agradeço a todos os professores que passaram durante esses cinco anos de curso, contribuindo com pesquisas, educação e exemplo de belos profissionais que são. Esse trabalho é fruto do quanto à profissão do Mestre é importante na vida de todos.

As minhas amigas mais que queridas, Egladjane e Elisângela que sempre estiveram comigo nos momentos que mais precisei, sejam eles bons ou ruins. A participação de vocês foi importantíssima nesse momento e nossa amizade será eterna graças à academia. Também agradeço a minha turma de 2011.01, que sempre estará eterna em minha mente.

Para não esquecer ninguém, agradeço de modo geral a todos aqueles que contribuíram de maneira direta e indireta nesse trabalho ou em minha formação. Agradeço aos amigos que possa ter esquecido nesse momento, aqueles que estão longe e mesmo assim permanecem perto de mim.

Dedico esse trabalho à Academia e a todos aqueles que um dia o lerão e o utilizarão de alguma maneira em seus estudos.

No fundo, todos temos necessidade de dizer quem somos e o que é que estamos a fazer e a necessidade de deixar algo feito, porque esta vida não é eterna e deixar coisas feitas pode ser uma forma de eternidade.

José Saramago

RESUMO

Este trabalho analisa os principais impactos socioeconômicos provocados com a implantação do Arranjo Produtivo Local de Confecções do Agreste Pernambucano, cenário esse de grande importância para o processo de desenvolvimento da região. O estudo baseia-se no enfoque sobre os conceitos de Desenvolvimento Regional, Arranjo Produtivo Local como instrumento do desenvolvimento e as características do cenário nordestino na década de 60 como primórdio da mudança no setor econômico da região. Para isso, a metodologia utilizada consiste na coleta de informações e dados bibliográficos de estudos recentes de órgãos como IBGE, SEBRAE e DIEESE para formação do perfil socioeconômico do setor estudado. Os resultados demonstram um crescimento considerável da região pernambucana motivado pelo setor têxtil, alto índice de informalidade apresentado em decorrência do empreendedorismo familiar em vigor, assim como a exploração de alguns fatores que motivaram a região agreste de Pernambuco a abandonar a agricultura como fonte principal de obtenção de renda, promovendo a atividade confeccionista como principal atividade.

Palavras-chave: Arranjo Produtivo Local. Desenvolvimento Regional. Polo de confecções.

ABSTRACT

This work analyzes the main socio-economic impacts caused by the implementation of the Productive Arrangement Clothes Location Pernambuco's Agrest, this scenario of great importance to the development process of the region. The study is based on the focus on the concepts of Regional Development, Local Productive Arrangement as a development tool and the Northeastern landscape features in the 60 and beginnings of change in the economic sector in the region. For this, the methodology consists of collecting information and bibliographical data of recent studies of organs such as IBGE, SEBRAE and DIEESE for formation of the socioeconomic profile of the studied sector. The results show a considerable growth in Pernambuco region driven by the textile sector, high informality rate presented as a result of family entrepreneurship in force, as well as the exploitation of certain factors that motivated the rugged region of Pernambuco to abandon agriculture as the main source of getting income, promoting clothing manufacturer activity as main activity.

Keywords: Local Productive Arrangement. Regional Development. clothing Polo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Organograma Organizacional da Cadeia de Produção Têxtil.....	43
Figura 2	Mapa do Emprego da Indústria Têxtil Brasileira por Região	48
Figura 3	Ilustração dos Dez Municípios Pertencentes ao Agreste Pernambucano ..	53
Figura 4	Os Três Municípios da Produção Têxtil	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Taxa Média Anual de Crescimento do PIB Real do Brasil e Região Nordeste – 1960-97	37
Tabela 2 -	Valor e Participação Percentual do PIB a Preços Correntes do Brasil e Região Nordeste – 1960-97	38
Tabela 3 -	Participação do PIB Setorial no PIB Global do Nordeste – 1960-97	38
Tabela 4 -	Consumo Mundial de Fibras Têxteis – 2013.....	45
Tabela 5 -	Os Cinco maiores Produtores Mundiais no Setor de Confeccões Têxteis ..	46
Tabela 6 -	Principais Países Exportadores de Produtos Têxteis	47
Tabela 7 -	Variação da População de Caruaru e seu Entorno – 2000/2010	56
Tabela 8 -	Variação do PIB de Caruaru e seu Entorno – 1996/2009.....	58
Tabela 9 -	Quantidade Estimada de Unidades Produtivas de Confeccão nos Dez municípios do Agreste Pernambucano- 2012	66
Tabela 10 -	Quantidade Estimada de Variação de Unidades Produtivas entre 2002 e 2012	67
Tabela 11 -	Quantidade Percentual Estimada de Variação Entre Unidades Produtivas entre 2002/2012	68
Tabela 12 -	Quantidade Estimada de Unidades Produtivas de Confeccão nos municípios do Agreste Pernambucano Segundo Formalidade e Informalidade – 2012.....	68
Tabela 13 -	Variação Percentual de Unidades Formais e Informais – 2012	69
Tabela 14 -	Distribuição das Unidades Produtivas, Empresas e Empreendimentos Complementares por Intervalo de Quantidade de Pessoas ocupadas – 2012	70
Tabela 15 -	Quantidade Percentual de População Analfabeta e número de Matrículas na Rede Pública de Ensino do Nível Fundamental e Médio – 2012	71

Tabela 16 -	Quantidade de Pessoas Ocupadas nas Unidades Produtivas e Quantidade da População em Idade Ativa nos Municípios da Amostra – 2012.....	72
Tabela 17 -	Quantidade de Famílias Trabalhando nas Unidades Produtivas e sua Divisão quanto a Empresa ou Empreendimento Complementar -2012	72
Tabela 18 -	Rendimento Bruto Médio Mensal dos Trabalhadores nas Empresas e Empreendimentos Complementares nas Atividades de Confecção Segundo atividades Exercidas – 2012.....	73
Tabela 19 -	Quantidade de Unidades Produtivas que Utilizaram de Empréstimos para Melhoria do Negócio – 2012	75

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASCAP	Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe
APL	Arranjo Produtivo Local
ABIT	Associação Brasileira da Indústria Têxtil
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento Social
CDL	Câmara dos Dirigentes Lojistas
CNAE	Classificação Nacional das Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FINOR	Fundo de Investimento do Nordeste
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEMI	Instituto de Estudos e Marketing Industrial
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro E Pequenas Empresas
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
PIB	Produto Interno Bruto
VBPI	Valor Bruto de Produção Industrial

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Metodologia.....	19
1.1.1 Organização do Estudo	20
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1 As Visões da Economia Quanto ao Sentido do Desenvolvimento Local.....	22
2.2 O Conceito de Desenvolvimento Local	23
2.3 O Conceito de Arranjo Produtivo Local e Seu papel no Desenvolvimento Local ..	29
2.4 O Desenvolvimento da Região Nordestina na Década de 60	33
2.4.1 As Pretensões da SUDENE	34
2.4.2 Os Números da SUDENE.....	36
2.4.3 O Real Motivo do seu Fracasso	40
3 A CADEIA TÊXTIL DE CONFECÇÕES	41
3.1 Caracterização da Indústria Têxtil	41
3.2 A Produção Têxtil Mundial	44
3.3 A Produção Têxtil Brasileira	47
3.4 A Produção Têxtil no Nordeste	49
4 O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO AGRESTE PERNAMBUCANO.....	51
4.1 O Agreste Pernambucano	52
4.1.1 O Triângulo das Confeções.....	53
4.1.2 O Perfil Socioeconômico da Região Agreste	56
4.2 A Seca como Migração para a Indústria Têxtil	59

4.3 A Configuração do APL de Confeccões do Agreste Pernambucano	62
4.3.1 A Feira da Sulanca.....	62
4.3.2 A Classificação das Unidades Produtivas.....	64
4.3.3 A Atividade no APL do Agreste Pernambucano	65
4.3.3.1 As Unidades em Funcionamento	65
4.3.3.2 Formalidade das Unidades Produtivas.....	64
4.3.3.3 Mão de Obra e Escolaridade, Explicação para um fator	69
4.4 Outros Fatores (Pontos Negativos e Positivos).....	75
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema principal O Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local (APL) de Confeções: Um estudo socioeconômico sobre o Agreste Pernambucano. Sua escolha se deu principalmente pela importância que o setor de confeções têxtil vem promovendo, tanto a cidade de Caruaru e seus municípios vizinhos, como também a toda região do Agreste de Pernambuco. Importância essa que implica em mudanças causadoras de impactos no desenvolvimento socioeconômica da região.

A partir da década de 1950 o Brasil sofreu diversas mudanças em seu cenário, principalmente o industrial. O País sofria um tardio, mas importante, processo de desenvolvimento industrial, esse iniciado somente quando todas as possibilidades do modelo agroexportador se esgotaram. Com a posse de Juscelino Kubitschek no mesmo ano, daria início a jornada de crescimento do Brasil nesse setor e isso começaria destacando-se pela principal região em questão, o Nordeste.

O plano de governo de Juscelino intitulado *Cinquenta anos em cinco* foi o responsável por adotar mudanças que potencializariam as qualidades do setor industrial brasileiro. Com isso, foi possível observar que na região Sudeste acontecia a grande concentração econômica do país, elevando as disparidades regionais e trazendo ao Nordeste o título de região com os índices mais altos de pobreza. Porém é possível enxergar que na região nordestina existe uma grande massa de mão de obra capaz de fazer diferença caso uma atividade seja valorizada. Existe a grande oferta de algumas matérias-primas – como o algodão, por exemplo – que favoreceriam o processo de inserção de tecnologia no modelo de trabalho local, aumentando as produções, além de facilitar o ganho em escala. A criação do Grupo de trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTND) foi um dos grandes planos favoráveis ao governo para que houvesse respostas nessas lutas de classe e apoio ao desenvolvimento da industrialização local (GREMAUD, 1996, p. 371).

Nesse cenário nordestino de crescimento entra o estado de Pernambuco, com suas características fortes de diversidade econômica, política e social, possibilitando a realização de vários estudos para tentar incorporar as tendências políticas que o governo daquela época estava propondo. Com isso, é possível enxergar uma trajetória evolutiva do Arranjo Produtivo

Local de confecções do agreste de Pernambuco, em especial os municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, responsáveis pela grande parcela de receita gerada nesse setor para o estado (SILVA, 2009).

O principal objetivo deste estudo é analisar as consequências ocorridas após a implantação do APL de confecções na região Agreste de Pernambuco, principalmente entre os dez municípios dos quais fazem parte da amostra desse trabalho. Com isso, esse estudo tem como foco analisar as maneiras pelas quais a região Agreste conseguiu sair da antiga forma econômica e social em que se encontravam – a não desenvolvida forma agrária da qual até mesmo as condições climáticas não favoreciam – até chegar à implantação do APL de confecções na região como forma de desenvolvimento da economia local.

Sendo assim os estudos dessa pesquisa serão focados na atividade que a indústria de confecções realiza no Agreste Pernambucano, assim também como o perfil socioeconômico da região em que essa atividade está situada.

Com base nessas intenções, busca-se responder ao seguinte questionamento: Quais os impactos socioeconômicos que o polo de confecções têxtil promove a região Agreste de Pernambuco?

Não somente esse questionamento é levantado durante esta pesquisa, mas sim outros que envolvem todo o processo econômico pelo qual a indústria têxtil envolve o estado. Perguntamos-nos, por que ocorreu a fuga da economia agrícola para a indústria da transformação e quais as causas disso para a região? Quais as mudanças culturais que a população sofreu com a absorção da indústria? Por que as feiras locais da região de Caruaru e seu entorno se transformaram em referências quanto à comercialização de confecções? E afinal de contas, quem ganha com tudo isso?

Para tanto, a hipótese central deste trabalho é que a indústria de confecções têxtil do agreste de Pernambuco é importante para o desenvolvimento local da região, uma vez que, o setor agrícola não se tornou uma fonte permanente e sustentável de renda para o estado, sendo necessário correr atrás de outras formas de obter capital. (ANDRADE, 2008)

Para isso é necessário se criar uma nova forma de economia local que não necessite somente de fontes naturais para a continuidade da atividade, o que ocorria com a agricultura.

No início do século XIX, o estado como um todo era um grande produtor de algodão, facilitando assim a construção da identidade da região como produtor de peças artesanais de vestuário. Uma vez saindo de uma economia não confiável, a agricultura, e entrando em uma capaz de trazer sustento e renda para o estado, a indústria da transformação, ocorre o fortalecimento através de incentivos estatais de uma nova maneira que o estado de Pernambuco encontra para obter receita (SILVA, 2009).

O interesse pela temática é demonstrado não somente pela importância com que o município de Caruaru vem crescendo nos últimos anos, mas sim também pelos fatores subjacentes que transformam o complexo têxtil de confecção num ambiente de amplo estudo para a economia do estado, que são eles:

- i) A dinâmica de interação entre municípios próximos ao local onde os principais aglomerados de postos de confecção estão localizados;
- ii) Os resultados demonstrativos da produção local, que elevam o estado de Pernambuco acima dos índices nacionais e regionais de lucratividade da produção;
- iii) As mudanças ocorridas nos indivíduos que se encontram inseridos dentro desse âmbito em processo de desenvolvimento local constante;
- iv) O fortalecimento do empreendedorismo familiar na criação de uma economia confiável para o empresário e a região.

Essa pesquisa vem de uma demanda cada vez maior de estudos já feitos nessa área, principalmente a região de Caruaru e seu entorno. As respostas para os problemas propostos são abordados através de pesquisas já feitas pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2012), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2012) e também dados referentes ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

Serão as análises de pontos importantes desses estudos contidos nesse trabalho que montarão a amalgama do cenário socioeconômico apresentado na região de Pernambuco. Uma tentativa de relatar o real cenário em crescimento que o APL de confecções desenvolve a cada ano que se passa.

Sendo assim, a partir das argumentações levantadas e a hipótese principal apresentada como forma de entender a problemática desse estudo, é possível estabelecer o objetivo principal deste trabalho, qual seja: analisar socioeconomicamente as principais características

do APL de confecções do Agreste Pernambucano, com vista na atividade confeccionista, principalmente na forma pela qual o município tomou dessa atividade como um princípio desenvolvimentista.

Para tanto ainda é possível estabelecer alguns objetivos específicos a serem estudados:

- i. Entender o cenário econômico pelo qual o Nordeste brasileiro vinha tendo com base nos programas de desenvolvimento implantados durante a década de 60;
- ii. Caracterizar os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama através de indicadores socioeconômicos;
- iii. Entender as relações familiares e informais existentes dentro do polo industrial do Agreste Pernambucano como fortalecimento do empreendedorismo para formação do comércio local.

1.1 Metodologia

O trabalho tem como planejado, através de levantamento bibliográfico e de disposição de dados, analisar os principais impactos econômicos verificados com a implantação do APL de confecções do Agreste de Pernambuco, principalmente nos municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, demonstrando os reais motivos para que a região pernambucana procurasse como forma alternativa, a indústria têxtil para desenvolver-se. Para que o estudo acontecesse foi necessário dividi-lo em três fases, que são: levantamento bibliográfico, coleta de informações referentes ao objeto de estudo e análise dos dados.

Classificando o estudo quanto aos fins e quanto aos meios, é possível dizer que sua primeira etapa é considerada mais bibliográfica, já que primeiramente foi necessário o levantamento de determinados conceitos, esses presentes na Fundamentação Teórica, como: analisar o sentido de Desenvolvimento Local e como ele é empregado em determinada região, como se conceitua e pode ser aplicado o termo de Arranjo Produtivo Local e seu alcance geográfico e por fim, o real papel da implantação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) durante o governo da década de 60 para tentar salvar a região nordestina da terrível seca e seu atraso quanto ao desenvolvimento. A aplicação desses conceitos, nessa devida ordem, é necessária para o entendimento do

conjunto da análise e conjuntura em si para que ao final desse trabalho se possa compreender os reais motivos das mudanças implantadas na região Agreste de Pernambuco.

A segunda etapa desse trabalho é tida como descritiva, uma vez que se pretende analisar o registro de informações coletadas com base em pesquisas ou observações. Com isso a finalidade da pesquisa descritiva é observar, registrar e analisar os fenômenos ou sistemas técnicos, sem, contudo, entrar nos méritos do conteúdo (BARROS e LEHFELD, 2007). Nessa etapa são coletadas informações referentes à atividade exercida na localidade geográfica, assim como fazer uma análise do perfil socioeconômico da população que aí vive. Para se conseguir esses dados, foi feito um ajuntamento de informações retiradas de estudos realizados pelo SEBRAE (2012), DIEESE (2010) e o IBGE (2010). Além disso, para limitar o nosso estudo geograficamente e temporal, foi considerado uma análise mais detalhada apenas da região Agreste de Pernambuco, com o total de 10 municípios em sua amostra, destacando em certos momentos o chamado “Triângulo das Confecções” que consiste dos municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, durante os anos de 2002 a 2012. Esse tipo de metodologia foi utilizada para prover maior facilidade para obtenção das informações, uma vez que realizar a aplicação de questionários por meio de pesquisa presencial, poderia comprometer o resultados das informações. Sendo assim, o levantamento de dados através de outros estudos garante maior fidelidade dos resultados.

A última etapa consiste na conclusão, ou seja, na análise dos dados coletados através da pesquisa realizada. Essa ultima etapa irá fazer o levantamento dos resultados coletados e analisar, junto com os conceitos já apresentados nas etapas anteriores, um diagnóstico das principais características do objeto de estudo, assim como os fatores históricos e sociais, para tentar entender a realidade do agreste pernambucano.

1.1.1 Organização do Estudo

Além deste capítulo introdutório, esse estudo se divide em mais três capítulos e as conclusões finais. No segundo capítulo, faz-se uma revisão literária sobre o significado do Desenvolvimento econômico como uma das áreas das Ciências Econômicas, o conceito de Arranjo Produtivo Local (APL), uma conjuntura sobre o cenário nordestino da década de 60 e o conceito da SUDENE, assim como os fins que a mesma levou.

No terceiro capítulo faz-se uma abordagem sobre como se configura a Cadeia Têxtil de Confecções, explicando o funcionamento dos elos e processos de produção da mesma. Em seguida são apresentados os cenários produtivos comerciais do setor de confecções nos cenários Mundial, Nacional e da região. Essa análise é essencial para se observar a importância do setor têxtil no comércio geral e regional quanto ao que ele economicamente desempenha para ser considerado tão importante.

No quarto capítulo se apresenta a análise descritiva dos dados coletados, dando foco em nosso objeto de estudo, o Arranjo Produtivo Local do Agreste Pernambucano. É nesse capítulo que se apresenta a análise socioeconômica da região, assim como os traços e características que a apresentam como fator de mudança para o desenvolvimento da região: A quantidade de Unidades produtivas, índice de formalidade, as características da mão de obra e o fator familiar como um caso particular da produção local. Em seguida se apresenta as conclusões finais do estudo, encerrando assim o estudo econômico que essa monografia pretende apresentar.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesse capítulo discutiremos com o apoio de alguns autores alguns conceitos usados como base para nosso estudo, principalmente para a análise que será realizada no próximo capítulo. A seguir serão apresentados os conceitos de Desenvolvimento Local, Arranjo Produtivo Local e o papel desempenhado pela Superintendência de Desenvolvimento no Nordeste, a SUDENE.

2.1 As visões da economia quanto ao sentido do desenvolvimento local

Na atual economia mundial é interessante observar o fato de que as localidades, assim como os seus agentes sociais e suas devidas atividades desenvolvidas, estão num grande processo de readaptação e contínuo aprimoramento para que o sistema como um todo, continue no ciclo de produção e permaneça vivo conforme as mudanças e resistências que um setor, grupo, comunidade ou até mesmo que os territórios, sofrem conforme esse mundo vai evoluindo em seu processo de globalização cada vez mais acelerado. Por isso que a Ciência Econômica, que estuda a forma pela qual se empregam os recursos escassos a fim de produzir bens e serviços com o objetivo de satisfazer as necessidades humanas, utiliza da Teoria Econômica para conseguir interpretar o significado de diversos comportamentos dos principais fenômenos que ocorrem dentro de um processo de produção, crescimento ou reintegração de uma atividade econômica.

Nesse estudo utilizaremos de alguns termos que serão necessários para o esclarecimento de algumas informações que serão apresentadas mais a seguir. É importante o esclarecimento de tais termos, uma vez que serão exatamente eles que farão parte da principal concepção do mesmo. Apesar de o trabalho ter um foco principal voltado para uma determinada área da ciência econômica, que é a do processo de Desenvolvimento Local como ferramenta para a evolução do setor que será estudado, é interessante ressaltar que se faz o uso do conceito geral e mais abrangente da economia, essa ciência que está em completo processo de modificação e que por isso mesmo sempre deve ser utilizada como um dos primeiros conceitos a serem estudados.

Schumpeter (1982, p.44) vai nos dizer que “[...] o mundo econômico é relativamente autônomo, pois abrange uma parte tão grande da vida da nação e forma ou condiciona uma grande parte do restante [...]” ou seja, significa dizer que apesar do tamanho abrangente do mundo econômico e de toda a extensão de suas atividades desempenhadas, ainda se faz necessário de um determinado instrumento ou algum fator motivador capaz de promover esse processo autônomo do qual Schumpeter vai nos dizer. Afinal de contas, nada surge sem uma necessidade ou a falta de algo para que se possa promover essa mudança. Por isso que durante todo esse trabalho utilizaremos como apoio o conceito de Desenvolvimento Local, instrumento da economia um tanto recente que promove o entendimento dos fatores endógenos e exógenos que expliquem as necessidades da mudança de uma economia, tendo o fator endógeno como o mais importante para esse conceito. Sendo assim, se faz obrigado a explicação do que constitui essa mudança necessária e alguns dos seus fatores que a promovem.

2.2 O conceito de desenvolvimento Local

Buarque em seu livro *Metodologia de Planejamento* (2008, p.25) define como Desenvolvimento Local “o processo endógeno de mudança [do lugar], que leva ao dinamismo econômico e a melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Somente com esse conceito apresentado pelo autor já é de conhecimento que para que se faça desenvolver uma localidade é preciso provocar uma mudança, um movimento de estratégia dos jogadores, uma melhoria ou qualquer alteração que promova um impacto necessário para a mudança repentina de um cenário que precisa de tal modificação. Porém, antes de chegarmos ao conceito mais elaborado de Desenvolvimento Local, é preciso explicar o que significa de fato essa mudança exógena ou endógena provocada por algum fator.

Bilale (2015) em seu estudo intitulado *Desenvolvimento Comunitário Endógeno & Desigualdade e Crescimento*, nos dá exatamente os conceitos para fatores exógenos e endógenos como modificadores dos processos de desenvolvimento. Para o autor, a estratégia exógena se baseia nas ações e nos fatores externos ao local, em que a região fica dependente desses fatores e ações para que o desenvolvimento ocorra, por isso mesmo ela exige muita articulação dos autores locais embora sua participação seja fundamental para que esse modelo

de desenvolvimento ocorra. Já quando se fala em Desenvolvimento endógeno refere-se ao desenvolvimento que surge a partir de dentro de um território local ou região. Pode ser delimitado geograficamente, politicamente ou culturalmente. São iniciativas que partem dos autores locais, esses que passam a ser os protagonistas do desenvolvimento da região. (BILALE, 2015, p.09).

O Desenvolvimento pode ocorrer de duas formas: a primeira forma é exógena, que ocorre através da intervenção de agentes externos a região, processo que ocorreu durante as ideias políticas de desenvolvimento implantadas durante a década de 70. E a segunda forma é a forma endógena, essa que se inicia exatamente a partir do local (BILALE, 2015, p. 10).

Para exemplificar melhor esse conceito de “mudança”, utilizaremos como exemplo um empreendedor que trabalha na área de confecção de jeans. Todo processo de confecção das malhas na produção do jeans é a atividade desempenhada por esse sujeito para conseguir a sua produção. Sendo assim, qualquer atividade realizada de forma não convencional ao que o sujeito sempre emprega em sua produção será considerada como uma “mudança” nas atividades empenhadas. Utilizando do exemplo do produtor de jeans, ficará mais fácil explicar as mudanças exógenas e endógenas em sua atividade. Durante um determinado momento em que esse sujeito percebeu que sua produção estava caindo, ele decidiu procurar uma consultoria que o indicou a aplicar uma determinada mudança nas suas formas de produção, mudança essa que era tida como um modelo retirado de outro produtor de jeans localizado em outra região bastante longe da sua. Ao aplicar essa mudança indicada, nosso produtor percebeu que realmente ocorreu um aumento de produção em decorrência da mudança exógena, ou seja, que a implementação de uma nova mudança vinda de fora provocou mudanças em sua produção local. Porém, se nosso produtor prestasse mais atenção em sua produção e nos métodos utilizados para a confecção de jeans e através dessa observação constataste que provocar uma pequena mudança, apenas com essa observação, sem a necessidade de fatores externos, ele conseguiria promover a mesma mudança apenas com a análise interna de seus fatores, não recorrendo a fatores exógenos para isso.

Dado esse exemplo, se faz precisa a definição de fator exógeno e endógeno, uma vez que a partir do momento em que o sujeito procura maneiras fora de sua localidade, com um produto, técnica ou apoio a parte de sua produção, para corrigir o erro de sua produção, esse tipo de atividade é considerado como um fator exógeno, ou seja, fora, exterior, que o indivíduo, órgão ou território usou para melhoria da qualidade daquilo que desempenha.

Porém, ao passar a observar o seu território e corrigir manualmente seus erros e apenas realizando atividades sem a necessidade de um fator externo, nosso produtor promoveu uma mudança interna a partir de análises e uso de instrumentos internos para sua correção. Sendo assim, isso é considerado uma mudança endógena, provocada de dentro para fora.

Buarque (2008, p.25) ainda vai nos dizer que o Desenvolvimento Local só pode se constituir com a mobilização e a exploração das potencialidades locais que contribuam para a elevação das oportunidades sociais e a viabilidade e competitividade da economia local. Isso está bem explícito no caso do nosso produtor, que somente conseguiu promover mudanças na sua forma de produção no momento em que percebeu atentamente o que poderia ser usado como fator de mudança que viabilizasse e desenvolvesse a economia. Com isso, Buarque (2008, p. 25) deixa claro que existe um movimento de demanda no sentido de organização e mobilização da sociedade (do observador), explorando as suas capacidades e potencialidades do local (objeto), de modo a criar raízes efetivas na matriz socioeconômica e cultural da localidade. Com base nas pesquisas podemos verificar que conceitos como *melhoria da qualidade de vida, mudanças sociais, dinamismo econômico, exploração das potencialidades, viabilidade e competitividade*, são as palavras-chave para o conceito básico de Desenvolvimento Local.

Clóvis Cavalcante em seu artigo sobre *Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica*, destaca que "todo indivíduo deseja ser feliz, viver uma longa vida, alcançar a plena realização de si próprio, e somente o Desenvolvimento pode levar a tais objetivos" uma vez que melhoram as qualidades de vida (CAVALCANTI, 2009, p.163). Já quanto às ideias sobre mudanças sociais, dinamismo e exploração econômica, Armando Dias Mendes em seu ensaio intitulado *Envolvimento e Desenvolvimento: Introdução à simpatia de todas as coisas* nos diz que para que tais fundamentos ocorram é necessário um movimento de envolvimento, que segundo sua definição "é o que articula as ações do ser humano com o ambiente que o cerca [...] ambiente esse que precede o homem e é fruto das relações que ele entretece com o entorno de si mesmo" (MENDES, 2009, p. 54). Ou seja, que os movimentos dinâmicos provocados pela ação do homem, assim em parceria com as propostas de entidades governamentais, provocam o chamado "dinamismo econômico" que em consequência explora as potencialidades do ambiente em desenvolvimento, gerando então a viabilidade e a competitividade.

De uma forma sucinta, o Desenvolvimento Local promove uma mudança social e econômica através do processo de exploração dos fatores endógenos que promovam um certo tipo de mudança na localidade ou no objeto a ser analisado. Porém, é bom ressaltar que esse tipo de mudança não está apenas focado no sentido sociocultural, tecnológico ou político, mas também na reorganização das outras dimensões da realidade. Buarque (2008, p.27) ainda ressalta que é necessária a utilização de três grandes pilares para a produção e aumento do Desenvolvimento Local:

A organização da sociedade, contribuindo para a formação de capital social local [...] combinada com a formação de espaços institucionais de negociação e gestão; agregação de valor na cadeia produtiva, com a articulação e o aumento da competitividade das atividades econômicas com vantagens locais; e a reestruturação e modernização do setor público local, como forma de descentralização das decisões e elevação de eficiência e eficácia da gestão pública local.

Como esse trabalho tem o objetivo de explicar os reais motivos que fizeram com que nosso objeto de estudo chegasse a um ponto de desenvolver-se localmente a partir de fatores endógenos na sua concepção, é importante lembrar – e até mesmo antecipar um pouco essa análise – que existem sim motivos importantes que elevaram a potencialidade da localidade de estudo que será apresentada mais a frente. Assim como Buarque (2008, p. 27) frisa os três pilares do conceito de Desenvolvimento Local, nosso estudo tem como papel importante tentar entender o tipo de agregação que essa atividade empenhada desenvolveu para a localidade e que incentivos o governo como personagem do setor público, desempenha para a melhoria do desenvolvimento que cresce a cada momento.

Por estarmos tratando especificamente do estado pernambucano, o autor também destaca que “particularmente no Nordeste, as iniciativas de desenvolvimento local tendem a olhar com certa desconfiança para a base da economia” (BUARQUE, 2008, p.28), As mudanças devem partir de fatores endógenos, mesmo que a tecnologia seja utilizada. São ações endógenas que promovem o Desenvolvimento. Não basta ter tecnologia se não existe conhecimento para sua utilização. Mas será que isso é realmente preciso? Segundo Buarque (2008), nem tanto, uma vez que “toda região pode ser competitiva em algumas áreas ou setores a serem explorados [...] bastando apenas serem criadas as externalidades adequadas” (2008, p.29). Mas fica bem claro, que o autor defende que não necessariamente é preciso ser algo externo a ser explorado, mas sim apenas aproveitar as oportunidades endógenas, sempre de dentro para fora. A principal tarefa do agente é conhecer adequadamente a região a ser modificada, por isso, que boa parte da estratégia de desenvolvimento depende da capacidade

de os atores sociais se estruturarem e se mobilizarem a partir de suas observações. Sendo assim, “as comunidades procuram utilizar de suas características e suas qualidades e se especializam nos campos em que têm uma vantagem comparativa com relação às outras regiões” (BUARQUE, 2008 *apud* HAVERI, 1996, p.4).

Em seu estudo intitulado *Desenvolvimento sustentável: O desafio do século XXI*, Veiga (2005) discute a confusão que muitos fazem ao se tratar do que é Desenvolvimento, confundindo o termo com crescimento econômico, uma vez que a base para se medir tal indicador é utilizando do Produto Interno Bruto *per capita*. Para muitos o Desenvolvimento não passa de uma releitura, de crença, mito ou manipulação ideológica. Muitos preferem a expressão "desenvolvimento econômico", uma vez que sintetiza o verdadeiro "desenvolvimento", pois no fundo são apenas sinônimos. O fato é que até o fim do século XX muitos especialistas econômicos tratavam o assunto como algo não convencional para ser estudado, mas que deveria ser transmitido para as novas gerações (VEIGA, 2005).

Mas ao final de seu estudo o autor sintetiza que:

O mais importante é que a ideia de desenvolvimento está no cerne da visão de mundo que prevalece em nossa época. Nela se funda o processo de invenção cultural que permite ver o homem como um agente transformador do mundo. Ninguém dúvida de que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas não se deve esquecer que no crescimento a mudança é quantitativa, enquanto que no desenvolvimento é qualitativa. Os dois estão intimamente ligados, mas não são a mesma coisa (VEIGA, 2005, p. 56).

Celso Furtado (1974) escreve que a ideia de Desenvolvimento é um simples mito, uma vez que desvia a intenção da tarefa básica que é identificar as necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência em objetos abstratos como investimentos, exportações e crescimento. Para ele:

[...] a ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos das periferias e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de cultura arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo. (FURTADO, 1974, p.75-6)

Ainda segundo Furtado (1974, p.16) a literatura do conceito de Desenvolvimento econômico é um exemplo meridiano do papel diretor dos mitos nas ciências sociais, que deve ser socializado e universalizado nas ideias dos próximos estudiosos do tema, principalmente

nos países que lideram a revolução industrial. Afinal de contas, os padrões de consumo da minoria da humanidade que atualmente vive nos países altamente industrializados poderão ser acessíveis às grandes massas de população em rápida expansão que formam a periferia.

Para complementar o pensamento de Buarque (2008) quanto à necessidade da intervenção da sociedade no processo de Desenvolvimento e no grau de organização que essa sociedade necessita para tal, Ignacy Sachs (2004, p.61) no seu estudo chamado *Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado* vai nos dizer que tal organização é necessária para o planejamento de todos os níveis territoriais de forma a reagrupar vários distritos unidos pela identidade cultural e pelos interesses em comum, características essas que serão utilizadas como do desenvolvimento. Para que isso ocorra, é necessária a criação de espaços que promovam o exercício da democracia direta, como foros e etc., que evoluam para a forma de conselhos consultivos e deliberativos, de forma a empoderar a sociedade no papel de desenvolver o futuro.

Segundo SACHS (2004, p.62) "o empoderamento da sociedade e a abertura de espaços para a democracia direta constituem a chave para as políticas de desenvolvimento" uma vez que é o diálogo que favorecerá para a criação de uma economia mista que funcione com negociações, diálogos e atuação entre os atores do desenvolvimento. As iniciativas vindas de baixo são as que mais terão importância no processo, já que o desenvolvimento é um processo interativo que inclui procedimentos vindos de baixo para cima e de cima para baixo dentro do marco de um projeto nacional.

Para encerrar essa sessão é preciso também deixar bem claro que o Desenvolvimento Local não pode de maneira alguma ser confundido com o isolamento da localidade ou o distanciamento dos processos globais, mas sim uma comparação com a abertura para os processos externos que levam a um fator de propagação e estímulo à inovação local (BUARQUE, ANO *apud* FILHO, s.d.: p.11). Sendo assim, nosso objeto de estudo está significativamente inserido dentro de um processo contínuo de Desenvolvimento Local, que levou a região pernambucana à procura de fatores (atividades) que promovessem determinada mudança social e econômica para promover a alteração da economia local e consequentemente de sua sociedade. Mas ainda vale complementar que “o Desenvolvimento Local está inserido em uma realidade mais ampla e complexa com a qual interage com influências negativas e positivas” (BUARQUE, 2008, p. 34).

Dentro do espaço territorial de Pernambuco a ser explorado, foi considerado aquilo que seria negativo ou não aproveitável e só assim inserir projetos de viabilidade econômica ou transformar esses pontos negativos em motivos viáveis para a transformação em características positivas. Foi então assim que através do desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de confecções têxteis que a região agreste de Pernambuco se tornou hoje o lugar mais em destaque quanto ao crescimento econômico que promove a cada dia.

2.3 O Conceito de Arranjo Produtivo Local e seu Papel no Desenvolvimento Local

Durante as décadas de 80 e 90, especificamente no comércio italiano, que o sucesso comercial das empresas instaladas nos chamados distritos industriais, inclusive no vale do silício na Califórnia, se tornou espantoso, uma vez que o termo Arranjo Produtivo Local – ou APL – se tornou popular, fato que ocorreu no Brasil nos últimos quinze anos, sendo reconhecidamente uma crítica à intervenção estatal. O termo APL foi aceito com foco no aproveitamento das externalidades do local defendido, produzindo entidades de direito privado. Porém, o seu conceito foi aceito definitivamente através de sua utilidade, já que era um termo atraente para se aplicar as regiões menos desenvolvidas, que durante essa época necessitavam de novos olhares para a aplicação de mudanças que modificassem os seus cenários econômicos. (SANTOS, DINIZ & BARBOSA, 2010, p.20)

Para definirmos o conceito de Arranjo Produtivo Local utilizaremos como apoio a definição dada por Cassiolato e Lastres (2003, p.4) em seu Glossário de Arranjos Produtivos Locais, que distingue APL como:

A trajetória histórica de construção de identidades e de formação de vínculos territoriais (regiões e locais) a partir de uma base social, cultural, política e econômica comum. São propícios a desenvolverem-se em ambientes favoráveis a interação, a cooperação e a confiança entre os atores. A ação de políticas tanto públicas como privadas pode contribuir para fomentar e estimular tais processos históricos de longo prazo.

Ainda utilizando das falas de Cassiolato e Lastres (2003, p. 4-5) definidas em seu Glossário, esse que limita detalhadamente o conceito de APL conforme a definição dada, se faz o uso de certas características específicas que determinam o que pode ser considerado como APL. A primeira delas é **Dimensão territorial**, que constitui de um recorte específico

de análise e de ação política, definindo o espaço onde os processos produtivos de determinada região inovativos e cooperativos tem lugar. Em suma é a concentração geográfica, que leva ao compartilhamento de visões e valores econômicos. Em seguida vêm, **As Diversidades de atividades e atores econômicos, políticos e sociais**, afinal de contas as atividades desempenhadas dentro dos chamados APLs não se limitam apenas interiormente, mas sim também vinculadas com participação de agentes externos como empresas privadas ou públicas, produtoras de bens e serviços, fornecedores, prestadoras de serviços, agentes de pesquisa, órgãos públicos e privados e até mesmo pessoas voltadas para a capacitação de recursos humanos. Outra característica é o chamado **Conhecimento Tácito** que são os processos de geração que não estão codificados, mas que estão implícitos e incorporados em indivíduos, organizações e até regiões. O conhecimento tácito está ligado ao conhecimento territorial, de identidade social e cultural, o que facilita a circulação da organização, mas também pode dificultar o acesso a fatores externos, tornando em certos casos uma vantagem competitiva. Outro fator importante de caracterização é a **Inovação e o aprendizado interativo** que constituem de uma fundamental ferramenta para a transmissão de conhecimentos e de ampliação da capacitação produtiva da empresa. Possibilitando a introdução de novos produtos, processos, métodos e formas organizacionais. **Governança** é outro fator considerado para o conceito de APL, uma vez que refere-se aos modos de coordenação entre agentes e atividades, que envolvem desde a produção a distribuição de bens e serviços. Existem varias formas de governança, de maneiras diferenciadas na forma de tomada de decisão. E por último o conceito de **Grau de envasamento** que envolve as articulações e envolve os diferentes agentes do APL com a capacitação de recursos humanos, naturais e técnicos. Os elementos incluem: Nível de agregação de valor, origem e controle da organização e o destino de produção. Esses são, segundo a visão técnica de Cassiolato e Lastres (2003, p. 4-5), a concepção das características que fundamentam o conceito de Arranjo Produtivo Local.

Corroborando com o texto acima, quando citamos Arranjo Produtivo Local, existe um pensamento voltado para a aglomeração de agentes em determinada localidade, entretanto, o conceito apresenta ligações com os estudos sobre os Polos de Desenvolvimento apresentados por Perroux (1975). Em suma, o conceito de APL está diretamente ligado ao de cooperação mútua, o que leva a importância econômica, competitiva, política e social. Araújo (2010, p.17) conceitua Arranjo Produtivo Local como “uma maneira como todos os agentes de determinadas cadeias produtivas se organizam e se inter-relacionam, inclusive com outras

cadeias produtivas, em determinado espaço e território”. De uma maneira mais abrangente Araújo (2010) também vai dizer que também deve ser considerado o termo Arranjos e Sistemas Produtivos Locais, uma vez que todos os sistemas e variáveis que compõem uma cadeia produtiva devem ser considerados para o intuito de produção direta ou indireta de um bem ou serviço. Como caracterização principal o APL deve ter *a)* um número significativo de empreendimentos no território e de indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante e *b)* que compartilhem formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança (ARAÚJO, 2010, p.18). Sendo assim, e citando como exemplo o objeto desse estudo, o Arranjo Produtivo Local de confecções têxteis de Pernambuco está relacionado como um modelo específico de sistema de produção, uma vez que trabalha com o intuito de englobar as diversas segmentações da atividade de confecção desenvolvidas por inúmeros empreendedores da localidade com o fim de fortificar a atividade principal em si, que é a de confecção, desenvolvendo-se não só de forma individual ou empresarial, mas também a região como um todo.

Para complementar o conceito de APL, é necessário trazer o estudo realizado por Santos, Diniz e Barbosa (2010, p.38) e promovido pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Sustentável (BNDES) em 2010, que diz:

O APL é uma concentração espacial de produção de bens ou serviços para a região em que está localizado ou não os empreendimentos. Também é considerada uma localização de fonte de vantagens competitivas muito importantes para as firmas que aí estão localizadas. Esse ambiente de localização gera competitividade [vantagens competitivas], o que promove a atração e o crescimento de empresas.

Sendo assim, esses autores promovem a compreensão de Arranjo Produtivo Local, não somente como um aglomerado produtivo, mas sim também como um ambiente que promove a competitividade, fator importante para o crescimento da mesma. Em alguns casos ocorre de haver pensamentos pessimistas quanto a esse tipo de atividade, principalmente quando se tem a ideia de que o APL não poderá sobreviver em lugares que não sejam desenvolvidos (de primeiro mundo). SANTOS, DINIZ E BARBOSA (2010) relatam que em alguns casos isso ocorre quando as empresas de pequeno porte se isolam, não conseguindo em conjunto promover um crescimento satisfatório. Por isso, existe a necessidade de retificar essa ideia, comprovando que é possível promover o desenvolvimento de APLs em países em desenvolvimento, como o Brasil, por exemplo, e que é necessário ter como base de apoio a competitividade sadia do empreendimento.

Em regiões periféricas que possuem mão de obra suficientemente qualificada, as grandes empresas podem se beneficiar duplamente pelos menores custos de mão de obra para manufatura e para engenharia e pesquisa [Universidades e etc], assim como em custos fiscais geralmente menores, desde que as condições de infraestrutura de transporte, energia e comunicação sejam minimamente adequadas. (SANTOS, DINIZ E BARBOSA, 2010, p.42)

Aproveitar-se da vulnerabilidade da região, aqui no sentido de reconhecê-la, é o segredo do desenvolvimento. Uma população com baixa mão de obra qualificada significa menos custo para a empresa que procura empregados, o que em decorrência disso traz vantagens para o bem ou serviço realizado, o que promove mais competitividade para o comércio do mesmo. Um círculo de benefícios contínuos que bonificam desde a empresa até o empregado. De maneira alguma este estudo aponta que o baixo grau de qualificação seja algo a ser explorado e desenvolvido, muito pelo contrário.

O que deve ser apontado aqui é que os dados existem são factuais e devem ser mudados, mas que é exatamente esse fator de vulnerabilidade que faz com que os processos de competitividade se desenvolvam. Porém é necessário também reconhecer que não somente esse ponto pode ser considerado como importante para o crescimento do APL, mas sim também outros fatores, como mostrará Santos, Diniz E Barbosa (2010, p.43):

Os APLs em regiões periféricas podem não gerar uma densidade econômica suficiente para alcançar a escala mínima necessária para atrair serviços especiais para a região, como serviços financeiros sofisticados, publicidade, empresas de pesquisa de mercado, consultorias e etc. Entretanto geralmente terá escala para atrair serviços específicos ao setor, que costumam ser mais importantes do que os genéricos, como consultoria em engenharia de produção, design, desenvolvimento de máquinas, tendências de consumo, agências de exportação e etc.

Sendo assim os APLs de uma forma geral, principalmente a maioria daqueles que trazem uma proposta de melhoria da qualidade de vida através do aprimoramento de suas vulnerabilidades, constituem um aglomerado que pode desenvolver determinada região, com base em suas vantagens comparativas e possuem em seu cenário um grande potencial a ser explorado. Com essa análise feita através de pesquisa bibliográfica, será de fácil entendimento compreender como uma região como a de Pernambuco foi capaz de sair de uma situação de urgência – falta de chuvas, de políticas governamentais e incentivos – e apresentar-se, hoje, como uma das maiores regiões nordestinas em crescimento contínuo dos últimos vinte anos.

2.4 O desenvolvimento da região nordestina na década de 60

Durante a década de 60 que o Brasil, e principalmente o Nordeste, sofreu grandes mudanças em sua sociedade. Na visão política, passou-se de um sistema democrático para um regime militar fortemente autoritário. Do ponto de vista econômico, o primeiro lustro da década é marcado por uma crise; depois promovera-se importantes mudanças institucionais no país que estão na base da forte recuperação econômica que se inicia no último triênio dos anos 60 e se prolonga no primeiro triênio da década seguinte. Durante esse meio tempo, em que também estava sendo esgotadas todas as possibilidades de exploração do modelo agroexportador, foi visto que somente através da industrialização seria possível fazer com que o país conseguisse retomar seu comércio e ganhasse cenário mais uma vez em sua pauta de exportação. Durante o governo de Juscelino Kubitschek é que essa ideia tomou formas, não só de destacar o processo de industrialização do Brasil, mas sim também de priorizar os setores da economia brasileira que precisavam urgentemente de mudanças em seus meios de produção e tentativa de inovarem (GREMAUD, 1996, p. 371).

Durante o período de 1968-73, tendo como Ministro da Fazenda Antônio Delfim Netto, que o Brasil foi caracterizado como um dos países que mais cresciam em termos econômicos – principalmente utilizando como medidor o Produto Interno Bruto (PIB) que chegava em torno de 10%a.a. junto com inflação de 15% ou 20%a.a. no período. Esse sucesso deu-se exatamente em decorrência das reformas institucionais que foram promovidas e também em decorrência da recessão do período anterior, que geraram uma capacidade ociosa no setor industrial. O motivo disso tudo eram as diretrizes governamentais de 1967 que colocavam o crescimento econômico como principal objetivo de melhoria do Brasil. Dentro desse mesmo plano se encontravam reformas no controle da inflação, dos preços praticados e em muitos outros fatores considerados visíveis para melhoria dos números na economia (GREMAUD, 1996, p. 384-5).

O Nordeste durante essa época, e como muito anteriormente, era o único a sempre ser tardio nas suas formas de mudança econômica. Tendo em vista que isso era perceptível, foi exatamente Juscelino que deu prioridade ao Grupo de Trabalho ao Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que junto com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), analisaram os melhores meios e maneiras de excluir os principais problemas sociais que faziam com que o Nordeste não acompanhasse o desenvolvimento do Brasil como

um todo. Esse tópico terá como objetivo tentar explicar de maneira sucinta a real intenção da implantação da SUDENE e seus fatores que levaram ao projeto fracassar. É importante entender esse cenário de recorte do tempo no Brasil como uma maneira de esclarecer os reais motivos que fizeram com que a região nordestina procurasse outras soluções e estratégias de desenvolver diferentemente daquelas que foram implantadas num período em que o Nordeste mais precisou de mudanças. (SUDENE, 2007)

2.4.1 As Pretensões da SUDENE

A Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) foi criada em 15 de dezembro de 1959 e representou uma das conquistas mais importantes do povo brasileiro e da história recente do país. Isso porque deu início a uma nova era, marcada pela incorporação progressiva da região Nordeste e, logo em seguida, da Amazônia, ao processo de desenvolvimento nacional conduzido pelo governo federal, que até aquela data se concentrava nos estreitos limites das Regiões Sudeste e Sul. O projeto foi concretizado por Juscelino Kubitschek que enxergava a real situação do abandono secular que a região sofria em relação às políticas nacionais de promoção ao desenvolvimento, o que fazia com que tal região sempre estivesse atrasada diante das demais (SUDENE, 2007).

Celso Furtado, grande economista da época, junto com o presidente, detiveram as mais inovadoras ideias que promoveriam o grande processo de mobilização social que seria criar um projeto de desenvolvimento para a região nordestina. Essas mesmas ideias estão contidas dentro de um documento chamado *Uma política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste* (1981) criado pelo próprio Furtado e que estaria à frente do GTDN durante esses quatro anos de mandato de JK para dar força e ação ao projeto.

Dentro desse documento Furtado (1981, p. 13) cita que é necessário a criação de políticas adequadas para o Nordeste, significando renunciar à ilusão de que essa região é tão somente um apêndice, algo que pode ser renegado a segundo plano, que pode esperar um amanhã incerto em que "o bolo a distribuir" seja maior. Ainda para Furtado (1981), não se deveria ver o Nordeste como um "problema" uma vez que isso seria renunciar entender o nosso país e condenar uma enorme massa de população à frustração e a miséria.

Em seu discurso, Furtado (1981, p.14) crítica quanto à reprodução do desenvolvimento industrial do Nordeste com base na economia Centro-Sul, já que essa reprodução implicaria nos padrões de consumo da região nordestina, já que essa não conseguiria acompanhar os padrões vindos dessa outra região mais desenvolvida, deixando então a região nordestina atrelada a uma situação de dependência, condenando a região a mais pobreza e miséria. Para Furtado (1981, p.15) "essa dependência reside exatamente na subordinação à lógica de uma industrialização que abarca o conjunto do país e é comandada do Centro-sul, transformando o Nordeste num simples apêndice de um mercado dominante" sendo que esses clientes teriam um nível de renda alta, exacerbando as tendências consumistas. Em suma, seria elevar a desigualdade populacional a um nível maior.

Furtado (1981, p. 16) defende em seu documento que "a situação dificilmente poderá ser modificada com medidas homeopáticas ou tímidas", trazendo então três diretrizes para uma nova política com base objetiva quanto ao desenvolvimento:

A ação teria que ser conduzida simultaneamente em torno de três eixos principais. O primeiro assumiria a forma de transferência maciça de recursos para a região pelo menos por um decênio; o segundo teria por objetivo introduzir modificações estruturais que produzam melhoras sensíveis nas condições de vida e na capacidade de iniciativa da massa trabalhadora rural; e o terceiro visaria aumentar de forma substancial a participação do Nordeste na atividade industrial do país, numa forma de complementação com o Centro-Sul que não crie dependência e sim tenham em conta as particularidades sociais e ecológicas da região mais pobre. (FURTADO, 1971, p. 17)

Dentre os principais objetivos do projeto desenvolvimentista, esses disponíveis no próprio site da SUDENE em forma de documento oficial decretado pela Lei Complementar N°125, de 3 de Janeiro de 2007, encontram-se as intenções de:

- Garantia de sinergia e complementaridade entre os instrumentos, políticas e programas de ação relativos ao desenvolvimento da Região Nordeste, com diretrizes, estratégias, instrumentos, políticas e programas globais e setoriais estabelecidos pela União para vigorar em todo o território nacional;
- Participação direta da Região, através de suas legítimas representações sociais, políticas, econômicas e administrativas, frente às autoridades representativas da cúpula dirigente do Governo da União, no âmbito do seu Conselho Deliberativo, nos processos de formulação, adaptação, implementação, execução e avaliação dos programas e políticas públicas federais de interesse para o desenvolvimento Regional;

- Dotação de recursos organizacionais e materiais assim como de quadro de pessoal qualificado para o desenvolvimento de suas competências institucionais e;
- Alocação e disponibilização de recursos orçamentários e financeiros suficientes para o cumprimento de suas atribuições.

Sendo assim, a implantação da SUDENE visava não somente a mudança social de um cenário, mas também mobilizar a organização de mudanças de agentes sociais, políticos e financeiros em prol do desenvolvimento do Sul e Sudeste, regiões já englobadas no processo, mas também do Nordeste e boa parte do Norte, promovendo o chamado “Crescimento igualitário”, que visava fazer o Brasil crescer como um todo, sem haver de forma alguma uma divisão de política de acordo com cada região.

2.4.2 Os Números da SUDENE

Segundo dados do PIB Nordestino, durante o chamado “milagre econômico” que ocorreu entre os anos de 70 e 80, a SUDENE obteve sim sucesso quanto ao objetivo de crescer economicamente o Nordeste. Tal crescimento também foi visto pela abrangência de outras áreas que precisaram ser exploradas para motivar ainda mais esse quadro econômico. Dentre os inúmeros fatores para tal crescimento, é necessário destacar os principais causadores do enorme crescimento valorizado principalmente durante o fim da década de 60, década essa em que o número de investimentos para o Nordeste foi considerado o maior. (SUDENE, 1999, p.03)

Dentre as áreas econômicas destacadas, foi necessário a expansão e modernização da infraestrutura de transportes, energia e saneamento, que fortaleceriam a montagem das estruturas globais e setoriais de planejamento e execução nos estados. A capacitação das Universidades Federais do Nordeste, através de diversificação dos programas de formação de mestres e doutores também foi outro motivo para o grande crescimento de interesse na área não somente de estudo, mas também de aplicação de verbas federais para a exploração do tema estudado. Houve também o desenvolvimento através do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) para uma base industrial moderna e competitiva, a implantação, ampliação e modernização de empreendimentos competitivos com base na concessão de incentivos de

isenção total ou parcial do imposto de renda e implantação de sistema de desenvolvimento das pequenas e médias empresas para complementar as cadeias produtivas regionais. Para melhor exemplificar isso, a seguir serão apresentados alguns dados retirados do documento oficial da SUDENE (1999) intitulado *Desempenho Econômico da Região Nordeste do Brasil 1960-97 (Síntese)* que mostram em dados exatos os reais números discutidos acima, acerca do desenvolvimento promovido pelo programa governamental:

TABELA 1 - Taxa média anual de crescimento do PIB Real do Brasil e Região Nordeste – 1960-97

Período	Nordeste	Brasil
	Taxa(%)	Taxa (%)
1960-70	3,5	6,1
1970-80	8,7	8,6
1980-90	3,3	1,6
1990-97	3,2	3,1

Fonte: FGV/IBRE/DCS, IBGE/DPE/DECNA – Brasil

Retirado do documento SUDENE/DPO/EPR/Contas Regionais – Nordeste, 1999.

Segundo os dados mostrados na Tabela 1, é perceptível enxergar que o crescimento do Brasil como um todo comparado ao do Nordeste teve seu maior pico exatamente durante o ano de 1970 e 1980, chegando a uma comparação de 8,7% do Nordeste em relação ao Brasil com 8,6%, razão essa fundamentada no volume grande de investimentos públicos (infraestrutura) e privados (Indústria) durante essa década, essa motivada pela implantação de alguns planos, como a da própria SUDENE. Já a partir da década de 80, devido à virtude da cessação dos financiamentos e a Moratória de 1987, a economia como um todo sofreu uma grande queda, mais ainda assim não se igualando ao Nordeste que permanecia a frente da economia do Brasil. A crise continuou apertando a economia brasileira também na década de 90 (déficits públicos, hiperinflação e crises no México e Ásia), mas mostrando que a região Nordeste continuava crescendo superior ao Brasil. Comparando a participação da Região Nordeste quanto ao PIB, essa mostrada mais adiante na Tabela 2, é possível enxergar que o Nordeste alterava o dinamismo de sua economia passando de 13,2% em 1960 para 16% em 1997, o que registrava uma forte transformação em sua estrutura produtiva nas últimas décadas. (SUDENE, 1999, p. 4-5)

TABELA 2 - Valor e Participação Percentual do PIB a preços correntes do Brasil e Região Nordeste 1960-97 (em bilhões)

ANO	Brasil	Nordeste	Part. %
	Valor	Valor	
1960	0,001091	0,000144	13,2
1997	866,8	139,1	16,0

Fonte: IBGE/DPE/DECNA – Brasil; SUDENE/DPO/EPR/CR- Nordeste.
Retirado do documento SUDENE/DPO/EPR/Contas Regionais – Nordeste, 1999.

Já observando os dados do PIB em relação aos seus setores econômicos separadamente, foi obtido em 1960 que 30,5% de seu valor era do segmento de agropecuária, 22,1% na indústria e de 47,4% no setor de serviços para 11,9%, 24,7% e 63,4%, respectivamente, no ano de 1997 segundo a Tabela 3.

TABELA 3 - Participação do PIB Setorial no PIB Global do Nordeste 1960-97

ANO	PARTICIPAÇÃO (%)			
	Agropecuária	Indústria	Serviços	Total
1960	30,5	22,1	47,4	100,0
1997	11,9	24,7	63,4	100,0

Fonte: SUDENE/DPO/EPR/Contas Regionais, 1999.
Retirado do documento SUDENE/DPO/EPR/Contas Regionais – Nordeste, 1999.

Apesar de estar bem explícito os reais crescimentos de alguns setores motivados pela implantação da SUDENE, é necessário entender que todas essas modificações e números ainda não erradicariam o principal fator de malefício para o Nordeste como um todo: A seca. O crescimento é explícito em todo o Nordeste, esse motivado pelo arranjo econômico implantado no decorrente governo e a maneira como o mercado financeiro vinha sendo influenciado por ele. Os polos industriais e o incentivo fiscal e governamental se transformaram nos principais fatores de crescimento econômico da região que vinha e continua sofrendo por escassez de água (SUDENE, 1999, p. 8-9).

Os empregos cresciam, as famílias possuíam certa renda para os gastos diários, mas a grande verdade era que a região, vinda de um modelo de crescimento externo implantado, não crescia verdadeiramente naquilo que ele devia crescer. As taxas de educação eram baixas, o comércio continuava extinto, tanto de mão de obra como consumidores, e principalmente o desenvolvimento regional continuava o mesmo, na estaca zero. Para alguns, o projeto mais foi uma bandeira política do que social. Francisco de Oliveira em seu livro intitulado *Elegia para uma Re(li)gião*, apesar de seu tom bastante crítico, deixa bem claro que a experiência com a SUDENE foi algo bem mais “antagônico que divergente, e está entre outros aspectos, no patamar de derrotar a riqueza que a experiência” (OLIVEIRA, 1977, p.22).

É preciso deixar bem claro que durante as décadas de 60 a 80 era notável a concepção de “Vários Nordeste”, segundo Oliveira (1977), que configuravam o Nordeste como um todo. A primeira década do século XIX vai configurar outro Nordeste. Essas configurações estão marcadas, sobretudo pela emergência, consolidação e hegemonia de outras formas de produção e conflito de interesses em outros espaços; em suma, pela constituição de outra “região” no contexto da nação que se independentizava. São dois Nordeste, o açucareiro e o algodoeiro; e acrescentaríamos mais outro, o político. É com esse contexto, e principalmente pelas disparidades intensificadas, que nasce a ideia de querer corrigir os desequilíbrios regionais com a implantação de um plano de desenvolvimento (OLIVEIRA, 1977, p.37).

A implantação da SUDENE criou não somente críticas severas à forma como estava sendo constituída, mas também pensamentos sobre preconceito misógino e migratório em relação às outras regiões do Brasil:

As proposições da SUDENE evitam, por um lado, o ataque frontal as condições de reprodução da economia agrária nordestina, deslocando o eixo do problema para uma suposta inviabilidade econômica da zona semi-árida, o que se estava flanqueando com isso era o conflito agrário, colocando o problema da economia açucareira nordestina como uma questão de inadequação entre recursos naturais de boa qualidade e de uma divisão técnica inadequada do trabalho. (OLIVEIRA, 1977, p. 104)

Como sempre acontece, o Nordeste da SUDENE assume os contornos da “região da indústria”; desde que os movimentos migratórios do Nordeste para São Paulo ganharam força e intensidade, os imigrantes de todos os estados do Nordeste são apelidados em conjunto de “bahianos” (*sic*). (OLIVEIRA, 1977, p. 38)

Tais problemas políticos não representavam nada comparados ao fracasso que o programa apresentaria. Isso já estava viável desde antes de sua implantação como o próprio Oliveira nos diz:

A SUDENE, sua forma constitucional, é uma espécie de revolução de 30 defasada de pelo menos duas décadas; seu surgimento, seguindo um diagnóstico muitas vezes equivocado, incorpora elementos de falso conflito inter-regional; para ganhar força e dar dimensão ao conflito, a própria região tem seu sentido político administrativo. (OLIVEIRA, 1977, p.37)

2.4.3 O real motivo do seu fracasso

Em suma a SUDENE teve seu objetivo como um malogro de mudança social, não conseguindo criar condições necessárias de sustentabilidade econômica na região semiárida. O principal motivo de sua falha foi a não ruptura do ciclo de intermitência da economia e da sociedade Nordestina, que em boa parte vive da dependência dos humores irregulares da natureza, o que não lhe dá equilíbrio exato como nas outras regiões, estimulando a migração e cultivando miséria sobre diversas formas. Outro motivo de falha foi referente à sua atuação técnica, que não foi a suficiente para atingir seu objetivo, estando sempre subordinado ao clientelismo local, sendo alvo de críticas políticas, disputas acirradas entre personagens do governo e até mesmo o fracasso que representou o FINOR e os projetos do Banco do Nordeste. Mas o principal fracasso do projeto foi com a utopia do governo como um todo em querer erradicar o maior vilão de todos: A seca. Essa motivadora em desprivilegiar a industrialização, modernização e urbanização, não sendo possível que nenhum projeto social e desenvolvimentista a erradique por completo.

Voltando ao exemplo de nosso produtor de jeans citado anteriormente, e agora já em conhecimento dos conceitos de Desenvolvimento Local e Arranjo Produtivo Local, é possível entender que a aplicação da observação do cenário econômico é um fator importante para se entender as formas de desenvolvimento da mesma. Chegando ao objeto de estudo desse trabalho, O Arranjo Produtivo Local de confecções do Agreste pernambucano, ficará bem claro entender o porquê da região semiárida tentar construir em seu território um novo processo de desenvolvimento para fugir dos problemas implícitos que a seca provoca na região, esses não supridos pelo corrente projeto implantado pela SUDENE durante a década de sessenta. Nos próximos capítulos serão apresentados os dados coletados durante a pesquisa desse estudo que irão traçar o perfil socioeconômico da região Agreste de Pernambuco, mostrando os reais motivos para a fuga de uma economia anteriormente sobrevivente da agropecuária para uma economia industrial e empreendedora voltada para a confecção de vestuários e produtos têxteis de modo geral.

3 A CADEIA TÊXTIL DE CONFECÇÕES

O incentivo da criação de fábricas têxteis no Brasil e principalmente na região Nordeste deu-se através da forte cultura do algodão, matéria prima que em boa parte do início do século XIX foi considerada abundante e participante das maiores negociações econômicas da região Nordeste. As primeiras formas de produção têxtil se deram de forma artesanal e transmitida através de gerações e gerações familiares que empregavam boa parte de seu tempo na dedicação da atividade. Somente em meados do século XIX é que a produção passou a ser industrializada e inserida de tecnologia para a melhoria da produção. Porém, a evolução na atividade iniciou-se na região Sudeste, uma vez que foi nessa região que se deu a expansão da tecnologia e da mão de obra em todo o país. Em meados de 1950 com o incentivo do programa governamental, junto com o Banco do Nordeste, criam o FINOR para a criação dos primeiros parques industriais, fazendo com que a atividade têxtil passe a ser olhada com outros olhos, esses voltados exatamente para o desenvolvimento da região que durante esse período não andava tendo bons resultados em outras atividades econômicas. É então que em 1980 o setor têxtil nordestino se destaca, sendo considerado no mesmo nível dos outros parques industriais nacionais, conseguindo elevar consideravelmente o PIB nordestino ao nível das outras atividades praticadas no Brasil (SILVA, 2009, p.44).

Neste capítulo iremos entender um pouco do funcionamento e da caracterização da Cadeia Têxtil, assim como analisar alguns números que configuram o cenário mundial, nacional e nordestino quanto à produção de produtos têxteis em seu polo industrial. É importante a explanação desse capítulo como forma de compreender o cenário de produção da atividade em estudo, já que mais adiante adentraremos de fato na produção regional localizada na região pernambucana, assim como sua importância para a mesma.

3.1 Caracterizações da Indústria Têxtil

Segundo a definição dada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE – (2012), e disponibilizada em cartilha produzida pela mesma, a

indústria têxtil é caracterizada pela sua cadeia produtiva que vai desde a produção de fibras têxteis ao produto acabado (confeccionado) e pronto para a distribuição e comercialização. De um modo geral compreende seis elos básicos: *Beneficiamento de fibras têxteis, fiação e tecelagem de têxteis naturais, fiação e tecelagem de têxteis químicos, outras indústrias de tecelagem, malharia e vestuário*.

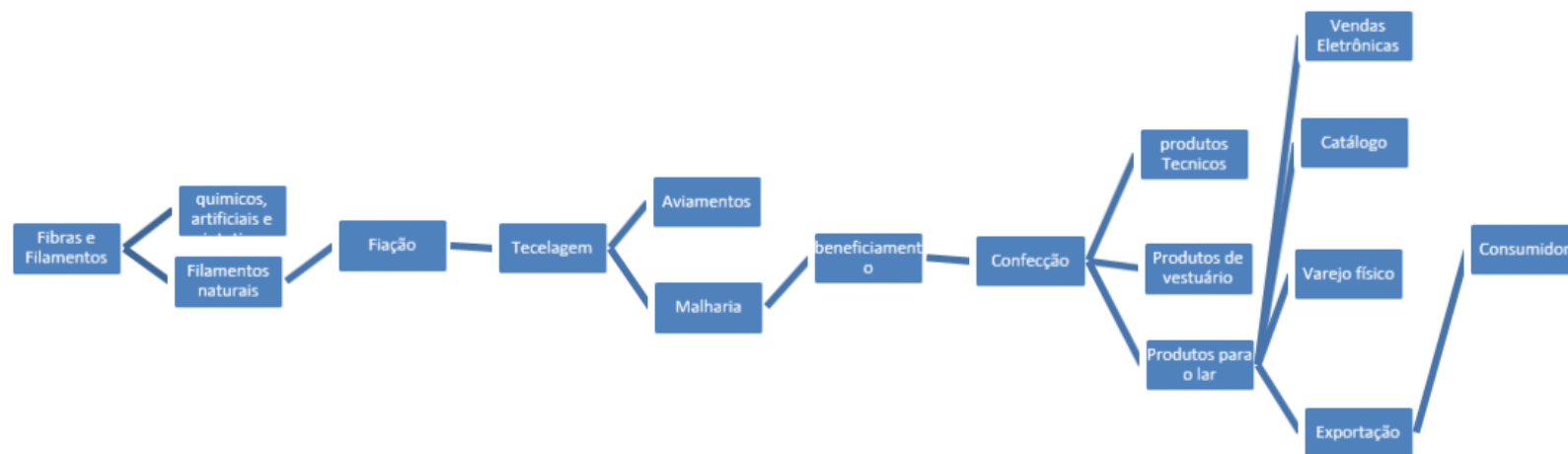
O processo inicial desse ciclo começa na obtenção de matérias primas naturais como o algodão, que junto com os filamentos artificiais e filamentos sintéticos, além de insumos derivados como corantes, pigmentos e produtos auxiliares, resultarão no processo de transformação das fibras que são o produto primordial para a preparação da próxima etapa da cadeia produtiva. Cada etapa tem sua característica própria e por isso mesmo é um processo de descontinuidade que dará no insumo final para a próxima etapa. Como é um processo subdividido, é necessário que a empresa tenha um amplo conhecimento específico e a necessidade de inserção de tecnologia que ajude no processo.

Sendo assim, o setor têxtil é conhecido como o setor que incorpora tecnologias desenvolvidas por outros setores. Após a obtenção das fibras vem a atividade denominada *tecelagem*, que produzirá a malha plana para a confecção dos produtos para beneficiamento, mas antes disso esse processo recebe outros derivados, que são matérias primas do aviamento como botões, *zíperes*, linhas etc.; a malharia beneficiará com os tecidos e malhas que irão se incorporar no processo final de tecelagem. Chegamos assim ao *beneficiamento* e todo esse processo de produção é característico da indústria têxtil. Por fim, o processo se localiza na indústria da confecção, onde os tecidos, planos e de malha, já beneficiados, serão confeccionados para o seus setores de comércio. Os produtos finais possuem sua própria linha específica: linha do lar (cama, mesa e banho), vestuário (roupas e acessórios) e a linha técnica específica para auxílio industrial ou comercial. Então com o produto final podemos distribuí-lo e comercializá-lo através de diversos meios como vendas eletrônicas, catálogos, varejo físico ou mesmo a exportação quando se trata de um produto comercializado para o mercado externo. A principal característica desse setor é a sua verticalização, o que significa dizer que fica mais viável que apenas uma empresa consiga controlar todos os processos, o que beneficia na redução de custos (SEBRAE, 2012).

A seguir é possível observar todos os elos da cadeia têxtil descrita acima através do organograma apresentado.

FIGURA 1 - Organograma organizacional da cadeia de Produção Têxtil

Fonte: SEBRAE, 2012.



Para este trabalho iremos destacar a produção de artigos de vestuário, uma vez que esse é o arranjo principal de base do Agreste de Pernambuco, local de estudo do nosso caso. As etapas ou *elos* dessa cadeia são designados segundo conceito dado por Silva (2009, p.45) tomando por base (SENAI-SP; Oliveira e Ribeiro *apud* Braga, 2005):

- *Design* – é a parte mais delicada do trabalho ao que se refere ao desenho ou projeto. Nela ocorre a escolha de cores, tipos de tecido e etc.;
- *Modelagem* – Se concentra na criação de moldes em papel dos quais servirão como base para os cortes e costura;
- *Gradeamento* – Adequação das formas conforme solicitação do cliente as suas medidas e tamanhos;
- *Encaixe* – posicionamento dos moldes sobre o tecido a fim de evitar desperdícios de tecido;
- *Corte* – Realização dessa fase conforme as anteriores;
- *Costura* – Uma vez o corte feito, os tecidos são costurados. Nessa etapa o emprego de mão de obra artesanal é empregado abundantemente;
- *Acabamento* – Etapa em que ocorrem os últimos ajustes nas peças, depois disso são encaminhadas para a distribuição.

Para entender um pouco do cenário de produção da Indústria têxtil, no próximo tópico apresentaremos alguns números, esses analisados através de um estudo desenvolvido pelo Professor Mestre em engenharia Francisco Diniz Bezerra (2014) para o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), que mostra os dados coletados para identificar os principais cenários de produção mundial, brasileira e regional.

3.2 A produção Têxtil mundial

Segundo dados da pesquisa realizada por Bezerra (2014), entre 1990 e 2001 são observados o crescimento da população a uma taxa de 1,3%, o que resultou no aumento do consumo de produtos têxteis (naturais e químicos) (IBGE, 2011). Segundo o Instituto de Estudos e Marketing Industrial (IEMI, 2013), somente nesse setor ocorreu o aumento em média de 3,5% o que equivale passar de 40,0 para 82,0 milhões de toneladas de produtos têxteis. O consumo *per capita* ultrapassou de 7,6

kg/hab. em 1990 para 11,8 kg/hab. em 2011. Os estudos apontam que nos próximos anos o Brasil reduzirá o seu comércio de fibras, uma vez que o setor mais exportado mundialmente é o de fibras químicas – e o Brasil, principalmente o nordeste, se especializa apenas em fibras de algodão, ou seja, na produção natural. A crescente urbanização e o aumento da renda serão fatores importantes para o aumento do consumo de produtos têxteis mundialmente. Abaixo a tabela confirma os dados apresentados anteriormente:

TABELA 4 - Consumo Mundial de fibras Têxteis (em milhões de toneladas)

Fibras	1990	2000	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Têxteis									
Químicas	19,2	34,7	42,5	44,3	48,0	44,5	48,0	53,8	54,1
Naturais	20,8	25,0	25,7	27,8	28,2	25,2	23,6	26,3	27,9
Total	40,0	59,7	68,2	72,1	76,2	70,7	71,6	80,1	82,0

Fonte: IEMI/Fiber organon, 2011.

O maior continente produtor de produtos têxteis é a Ásia, que lidera a participação de produção com 2/3 do total mundial. Em primeiro lugar nesse *ranking* encontra-se a China com uma produção de 50,2%, representando também o maior consumidor do produto mundialmente. Em seguida vem Índia (6,9%), Estados Unidos (5,3%) e Paquistão (3,6%). O Brasil encontra-se na quinta posição com o equivalente a 2,4% do total mundial, aproximadamente 2.011 toneladas do produto. A tabela a seguir, também retirada do estudo feito pelo IMEI, exemplifica os dados apresentados anteriormente:

TABELA 5 - Os cinco maiores produtores mundiais no setor de confecções Têxteis – 2013

País	Quantidade produzida (1.000 Toneladas)	%
China/Hong Kong	41.461	50,2
Índia	5.669	6,9
Estados Unidos	4.403	5,3
Paquistão	2.996	3,6
Brasil	2.011	2,4

Fonte: IEMI, 2013.

Com a globalização que ocorreu a partir da década de 80 e a aceleração do processo de integração dos mercados mundiais, o processo de migração foi responsável pela perda de um grande percentual de mão de obra, uma vez que em outros países essa atividade possui mão de obra barata, desfavorecendo países como EUA. Esse processo é mais forte no setor de confecções, mais intenso em mão de obra e menos exigente em escala de produção.

O comércio internacional de produtos têxteis cresceu bastante durante o período de 1990-2012, representando um crescimento de 5,4% no seu total. Economicamente o setor movimentou cerca de U\$104 bilhões na década de 90 e atualmente U\$332 bilhões de dólares circulam somente nesse setor. China e Hong Kong participam dessa produção cerca 1/3 das exportações mundiais. EUA está em segundo com 6,6%, seguido da Índia com 6,0% e Alemanha com 5%. Como podemos ver na tabela abaixo, o Brasil ocupa a 21ª posição na participação de exportação mundial do produto.

TABELA 6 - Principais países exportadores de produtos têxteis (Em milhões dólares)

Países e posição	Valor Exportado	Porcentagem mundial de participação
China (1º)	97.820	29,5%
Estados Unidos (2º)	21.757	6,6%
Índia (3º)	19.787	6,0%
Alemanha (4º)	16.518	5,0%
Outros países	...	...
Brasil (21º)	3.246	1,0%

Fonte: Fonte: IEMI, 2013.

Diferente dos demais países, o Brasil tem seu mercado têxtil voltado internamente. Mundialmente ele participa apenas com 1,0% das exportações mundiais. Por esse motivo é dito que o Brasil não tem papel relevante na concepção de preços. O país ocupa preferencialmente nichos de mercado e tem dificuldade de competir com os preços das grandes produtoras, que nesse caso seria a China e Índia.

3.3 A produção Têxtil Brasileira

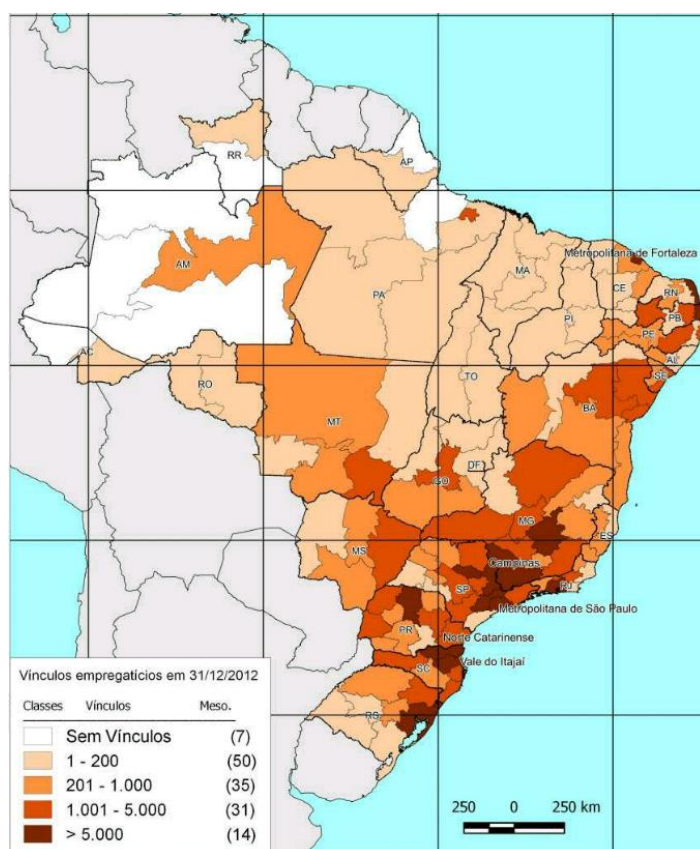
Ainda segundo dados da pesquisa feita por Bezerra (2014), a indústria têxtil no Brasil representa 2,0% do Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) e 3,8% de empregos na Indústria da transformação. Sua distribuição não é homogênea quanto às regiões, visto que sua produção se concentra na região Sudeste com 52,2%, seguidos da região Sul com 28,3%, Nordeste com 15,6%, Centro-oeste com 3,5% e Norte com 0,4%. Sua Receita Operacional Líquida (ROL) de vendas chega a R\$40,6 bilhões segundo dados de 2011. Os estados de São Paulo (41,02%) e Santa Catarina (19,41%) são os maiores produtores (IBGE, 2011).

Somente na região sudeste este setor emprega no total 50,5% de mão de obra formal com o equivalente a 48,8% de estabelecimentos funcionando, o que já dito anteriormente, faz com que toda a produção nacional se concentre nessa região. O segundo maior parque têxtil encontra-se no sul (30,4% de estabelecimentos e 28,3% de mão de obra empregada formalmente) (MTE/RAIS, 2012).

A associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções (ABIT) classifica as empresas brasileiras de acordo com o número de empregados registrados. A ordem vai de Microempresa (até 10 empregados), pequena (de 11 a 30 empregados), média (de 31 a 200 empregados) e grande (acima de 200 empregados). Segundo a associação, o Brasil possui um número elevado de micro e pequenas empresas. Os números chegam a somar 8.600 unidades nacionais (ABIT, 2012).

Os aglomerados têxteis do Brasil, ou seja, as regiões com maior concentração de indústrias nesse setor mais conhecidas são a da região metropolitana de São Paulo (SP), O vale do Itajaí (SC) e Campinas (SP). A seguir você confere o mapa com os principais estados com vínculo empregatício na indústria têxtil segundo IBGE e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

FIGURA 2 - Mapa do Emprego da Indústria Têxtil brasileira por mesorregião - 2012



Fonte: IBGE e RAIS, 2012.

A produção média anual de vestuários chega a 9,8 bilhões de peças. No ano de 2004 o país teve um grande salto no setor em relação a sua produção. Somente em 2008 foi que sua escala apresentou oscilações positivas e negativas, seguido da crise em 2009, que resultou em queda

brusca. Vale ressaltar que o consumo *per capita* dos produtos têxteis no Brasil possui uma relação completamente diferente de comportamento comparado aos dos países desenvolvidos (BEZERRA, 2014).

Segundo Bezerra (2014, p. 10) “O consumo de produtos têxteis no Brasil tem crescido bem acima do crescimento da população.” Essa observação se deu ao verificar que o consumo variou na mesma proporção que a renda per capita.

Constata-se que a produção nacional foi superior ao consumo interno até 2005. A partir de 2006, entretanto, o montante do consumo interno superou a produção do país, tendo essa diferença sido aumentada a cada ano até 2012, evidenciando que os produtos estrangeiros estão tomando espaço da indústria nacional no mercado brasileiro de produtos têxteis (BEZERRA, 2014, p. 10).

3.4 A produção Têxtil no Nordeste

Antes da década de 1930 o Nordeste era um dos principais produtores nacionais de produtos têxteis para o país. Isso se deu pela facilidade com que a região conseguia produzir algodão (matéria-prima) e, além disso, absorver mão de obra para esse setor. Toda a produção era bastante artesanal. Somente no século XIX foi que ocorreu a industrialização do modo de produção, fazendo com que o Nordeste fosse o maior produtor nacional. (SILVA, 2009)

A partir da década de 1930, com todos os aprimoramentos tecnológicos e o aparato industrial (mão de obra qualificada, tecnologia nova, maior expansão da produção) foi que a indústria têxtil voltou seus olhos para a região Sudeste do país. Não ficando parado, no ano de 1950, o governo inicia um incentivo político em criar um projeto que viabilize a modernização do parque têxtil da região, fazendo com que se amplie a produção, utilizando de mão de obra local, o que implica em geração de emprego e renda para a região nordestina, dando mais destaque para o desenvolvimento local da região. O projeto que incentivava foi criado pelo governo federal e se intitulava Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), assim como visto e explanado no capítulo interior (Tópico 2.4.1). Tal projeto foi um verdadeiro apoio para o desenvolvimento da indústria têxtil, principalmente no segmento de Fiação e Tecelagem. Os resultados se sobressaíram a partir do ano de 1980, uma vez que o Nordeste conseguiu abrir suas portas para o mercado nacional (DINIZ & BASQUES, 2004).

O Nordeste participa com 15,6% do total nacional de distribuição de indústrias têxteis pelo Brasil. Os estados mais representativos são Ceará, Bahia, Rio Grande do Norte e Paraíba. Ao total 1.453 estabelecimentos funcionam de forma normal e registrados (14,3%), que empregam em torno de 52.359 empregados formais (17,5%). Segundo Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), o Nordeste proporciona maior ocupação no segmento de Preparação e Fiação de Fibras e têxteis. Os maiores aglomerados da região estão localizados na mesorregião da Mata Paraibana (PB), Leste Potiguar (RN), Agreste Pernambucano e Região Metropolitana de Salvador (BA) – (MET/RAIS, 2012).

O mercado têxtil é composto em sua maioria de micro e pequenas empresas, com baixo conteúdo tecnológico, mão de obra barata e não muito qualificada. Na região existe um alto grau de informalidade, por isso mesmo que muitas comunidades se organizam em APLs como forma de melhoria do setor para com a sociedade.

No próximo capítulo, adentrando exatamente em nosso objeto de estudo, iremos analisar os dados coletados que formam o perfil socioeconômico da região agreste de Pernambuco, além de explorar essa necessidade da formação do APL para o desenvolvimento da região. Com esses dados será possível identificar os possíveis motivos que levaram a região a utilizar dessa atividade para o seu processo de desenvolvimento.

4 O ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DO AGRESTE PERNAMBUCANO

No dia 7 de outubro de 2006 é inaugurado o Shopping Moda Center de Santa Cruz do Capibaribe, o maior shopping atacadista de confecções da América Latina, com estrutura composta de seis módulos que abrigam em torno de 9.624 boxes e 707 lojas numa área coberta de 100 mil metros quadrados. Possui diversas praças de alimentação, estacionamento para mais de quatro mil veículos, 18 dormitórios, posto ambulatorial, restaurante, caixas eletrônicos de diversos bancos, banheiros com chuveiros, terminais eletrônicos de informação e muita comodidade para os clientes que ali chegam. Segundo estimativas, nas altas temporadas recebe cerca de 100 mil clientes oriundos de várias regiões do Brasil¹. Mas a pergunta que fica é: Como é possível que um município não tão reconhecido como Santa Cruz do Capibaribe, assim como todas as cidades vizinhas, consegue ser tão atrativo com relação ao seu comércio local?

Para responder a essa pergunta utilizaremos desse capítulo para analisarmos o perfil socioeconômico do Agreste pernambucano, esse composto por quase dezoito cidades do interior de Pernambuco e que sobrevivem a partir do comércio e da produção local de produtos têxteis, atividade essa em evolução econômica desde a metade da década de 60 e que hoje demonstra ser o motivador do crescimento econômico de Pernambuco, assim como do Nordeste e quiçá do Brasil. Para a análise dos perfis apresentados nesse capítulo, foram utilizados dos dados de alguns estudos realizados por agentes preocupados e interessados no crescimento da região, entre eles o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2012) e o próprio SEBRAE (2012) que junto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) (2012), conseguiram traçar perfis claros e específicos sobre o tipo de desenvolvimento que essa região vem sofrendo. A seguir serão apresentados os municípios participantes dessa amostra, assim como o perfil socioeconômico de cada um destes, estando relacionados com o tipo de atividade dentro da produção têxtil que é exercida na região.

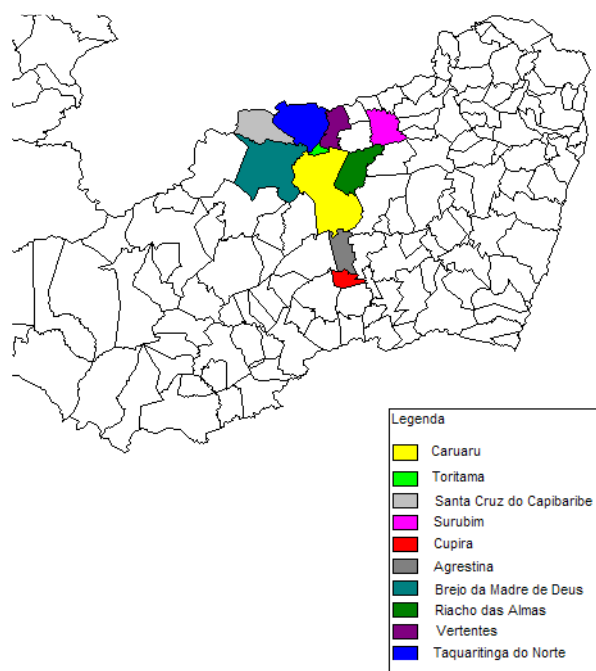
¹ Retirado do site oficial do Shopping Moda Center Santa Cruz do Capibaribe.

4.1 O Agreste Pernambucano

Quando falamos em Agreste Pernambucano, estamos falando sobre os 71 municípios que compõem um quinto do estado de Pernambuco. Dentro dessa região estão inseridos quase 1,8 milhão de habitantes espalhados em seis microrregiões que trabalham, estudam e procuram de certa forma sobreviver às condições que são impostas no semiárido do segundo maior estado do Nordeste (IBGE, 2012). Porém, para simplificar melhor os resultados dessa pesquisa, além de que, nem todos os 71 municípios do agreste fazem parte da produção têxtil do estado, limitaremos nosso estudo apenas com os municípios dos quais é identificado a atividade têxtil em seus limites. Serão esses municípios que darão o peso de seus dados a pesquisa apresentada. Sendo assim, quando falamos nesse estudo em **Agreste Pernambucano** como participante da produção têxtil, estamos falando dos 20 municípios que se destacam e dão volume ao número apresentado no setor de confecções. O chamado Polo-20, segundo a nomenclatura dada pelo SEBRAE (2012) ou setor do Agreste com produção têxtil ativa, é composto pelos municípios de: Agrestina, Brejo da Mãe de Deus, Caruaru, Cupira, Riacho das Almas, Santa Cruz do Capibaribe, Surubim, Taquaratinga do Norte, Toritama, Vertentes, São Belo Jardim, Passira, Gravatá, Pesqueira, Altinho, Frei Miguelinho, Jataúba, Sonhoro, Santa Maria do Cambucá e São Caetano.

Quando nos referimos dentro desse estudo a “Agreste Pernambucano”, estaremos falando sobre os dados referentes aos vinte municípios citados acima. Porém, haverá momentos, em motivo da organização e apuração dos dados pesquisados, em que somente serão citados os municípios de Caruaru, Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, uma vez que são esses três os maiores produtores de confecção da região, chamados assim de “O triângulo das confecções de Pernambuco”. Ocorrerão momentos também em que os dados estarão apresentados como “Caruaru e seu entorno” demonstrando que os números exemplificados representam o município de Caruaru e boa parte das outras cidades que o circundam. Em todos esses casos, a amostra virá com legenda especificando sobre qual região estaremos falando, não havendo então nenhuma dificuldade quanto à apresentação dos gráficos, tabelas e números.

FIGURA 3 - Ilustração dos dez municípios pertencentes ao agreste pernambucano.



Fonte: SEBRAE, 2012.

4.1.1 – O Triângulo das Confeções²

Como demonstrado na ilustração anterior, os municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama estão localizados há uma distância considerada uma da outra, mostrando então pela sua localização que ambas mantem uma relação de destaque sobre as demais, além é claro, de outros fatores que consideraremos mais a frente. Por esse motivo, destacaremos nesse tópico os três principais municípios pernambucanos que implicam sobre a importância do setor de confeções de produtos têxteis e seus derivados. **Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama** são considerados o “Triângulo das confeções” da região, exatamente por implicarem com um fluxo de produção considerado maior que em outras regiões e municípios menores do estado. Além disso, essas três cidades movimentam muito mais que produção, mas também até mesmo a população de várias regiões vizinhas, causando um determinado fluxo migratório que faz com que diversas pessoas ao redor migrem para essas cidades à procura de melhores condições de vida. Sendo assim,

² A maior parte dos dados apresentados foram retirados do site oficial do Governo de Pernambuco.

e segundo a classificação da própria DIEESE (2012), juntos, estes três municípios movimentam a vida econômica de treze outras cidades fronteiriças como já citados anteriormente (ver tópico 4.1).

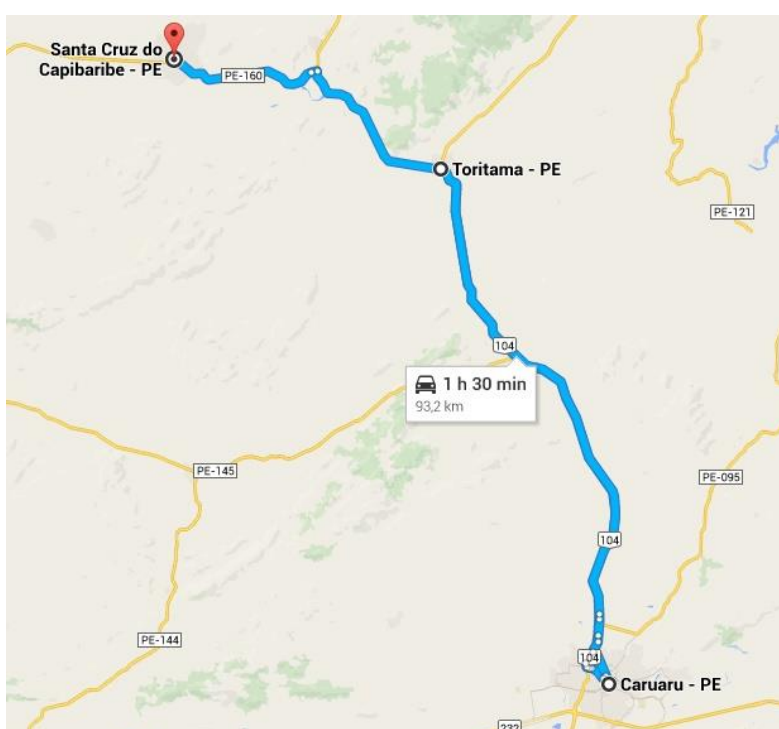
O município de **Caruaru** está localizado na microrregião do Vale do Ipojuca e na mesorregião do Agreste de Pernambuco. Suas origens remontam a partir do ano de 1681, onde exatamente em 1857 tornou-se município. Está localizado a 137 quilômetros da capital (Recife) e situa-se a margem da BR-232. Caruaru é conhecida como a capital do Forró por ter em sua cultura diversos festivais de dança, arte e folclore. Para muitos é a Princesa do Agreste ou Capital do Agreste. Em termos econômicos o município se destaca como a região produtora têxtil e por isso mesmo sua economia local se baseia na produção e comercialização de roupas e confecções desse setor. Porém, ainda possui forte destaque no artesanato e na agricultura, essa última atividade que aos poucos passou a não ser mais o ponto forte do município. Possui uma extensão territorial de 921 km² e um clima entre 22°C e 30°C que varia entre noites amenas e dias ensolarados com pequena umidade. Suas chuvas mais intensas são entre os meses de Junho e Julho. Como turismo, destaca-se o Alto da Moura que nada mais é que o centro de artes figurativas caruaruense. Sua população segundo o último censo realizado pelo IBGE (2010) é de 314.912 pessoas e a estimativa de 2015 é que os números superam o valor de 347.088.

O segundo município que faz parte do entorno de Caruaru – isso baseado no sentido de município que atua economicamente no setor de confecções têxteis – é **Santa Cruz do Capibaribe**. Ela é a terceira maior cidade da região Agreste de Pernambuco e está localizada na microrregião do Alto do Capibaribe. Suas origens têm como base no ano de 1750 e virou oficialmente cidade apenas no ano de 1953, deixando de ser subordinada pelo município de Taquaratinga. Sua extensão territorial é de 368 km² e está distante da capital 194,3 quilômetros. Ficam as margens da BR-232/104 e PE-120. Seu clima é semiárido, tendo no verão clima quente e seco com máximas de 25°C e 34°C e no inverno entre 16°C e 20°C. Seus dias mais chuvosos são entre os meses de Abril a Julho. Sua atividade econômica mais predominante é a indústria e o comércio. Os pontos turísticos mais visitados são o Parque Florestal Fernando Silvestre, Mirante do Cruzeiro e o Sítio Arqueológico da Serra do Pará. Sua população segundo o Censo de 2010 é de 87.582 pessoas e sua estimativa de 2015 é de 101.485.

O terceiro e último município é **Toritama**. Suas origens são dadas a partir do século XIX como uma pequena fazenda pertencente ao Senhor João Barbosa. Somente em 1953 é que Toritama vira

uma cidade oficial e separa-se de Taquaratinga do Norte. Está localizada na microrregião do alto do Capibaribe e sua distância da capital é de 170 quilômetros. Sua principal economia, assim como dos outros municípios citados, é o comércio e fabricação de roupas. Seu ponto turístico mais visitado é o Parque das feiras, atraindo até mesmo visitantes de outros países. O clima da cidade é árido ou semiárido, com chuvas no outono e inverno e temperatura variando entre 20°C e 35°C. Sua população em 2010 segundo o censo é de 35.554 habitantes e sua estimativa em 2015 é de 42.123.

FIGURA 4 - Os três principais municípios de Produção Têxtil



Fonte: Google Maps, 2016.

Com esse contexto Silva (2009, p.44) destaca em seu estudo que “na região do Agreste de Pernambuco a atividade confeccionista pode ser entendida como o processo final do complexo têxtil, sendo muito tradicional, e relativamente voltada para os mercados locais e regionais”.

É importante também destacar que os três municípios são caracterizados pela especialização em determinadas mercadorias. Caruaru produz com maior eficácia peças em tecidos planos e malhas; Santa Cruz do Capibaribe produz grande quantidade de artigos em malha; já Toritama é

destaque na fabricação de roupas em jeans, sendo conhecida como a Capital do Jeans (SILVA, 2009).

Para entender melhor esse engajamento, principalmente a forma como se desenvolveu essa atividade, apresentaremos a seguir um perfil socioeconômico da região Agreste do estado Pernambucano.

4.1.2 O perfil Socioeconômico da Região Agreste

Com o passar dos anos, junto com a evolução das atividades do polo de confecções da região, foi possível observar algumas modificações populacionais e econômicas nos municípios pertencentes à região Agreste de Pernambuco. Essas mudanças foram cometidas por diversos fatores sociais, como a mudança na disponibilização de infraestrutura e serviços urbanos, porém a maior parte delas foi causada efetivamente pela evolução da produção e do crescimento das atividades do setor têxtil dos municípios. As tabelas 7 e 8 a seguir exemplificam com dados, as verdadeiras e significativas mudanças ocasionados nesse processo de crescimento da região:

TABELA 7 - Variação da população de Caruaru e seu Entorno - 2000/2010

Município	População 2010	Variação populacional entre 2000/2010 (%)
Agrestina	22.679	13,2
Brejo da Mãe de Deus	45.180	18,6
Caruaru	314.912	24,6
Cupira	23.390	4,5
Riacho das Almas	19.162	5,6
Santa Cruz do Capibaribe	87.582	48,3
Surubim	58.515	16,3
Taquaratinga do Norte	24.903	26,0
Toritama	35.554	63,1
Vertentes	18.222	21,8
Todos os municípios	650.099	27,1
-	-	-
Brasil	190.756.000	12,3
Nordeste	53.082.000	11,2
Pernambuco	8.796.000	11,1

Fonte: SEBRAE., 2010.

É possível observar que durante o ano de 2010, segundo o ultimo censo realizado pelo IBGE, todos os municípios da amostra, nesse caso o município de Caruaru e seu entorno (aqui contendo 10 municípios), cresceram significativamente se comparados com o censo realizado em 2000. Observando com mais atenção, os municípios que mais se destacam quanto a esse crescimento são Caruaru (24,6%), Santa Cruz do Capibaribe (48,3%) e Toritama (63,1%) sendo esse último o que mais cresceu durante os dez anos. Esse crescimento é significativo uma vez que, ainda segundo a tabela 7, a variação percentual total de crescimento da população desses municípios (27,1%) ultrapassa a variação percentual apresentada pelo estado de Pernambuco (11,1%), Nordeste (11,2%) e Brasil (12,3%). Até mesmo a variação percentual do estado se aproxima da variação percentual do Brasil como um todo, isso já motivado pelo crescimento desses municípios. De um modo geral, entre 2000 e 2010 a população desses municípios variou no crescimento em torno de 27%, isso motivado pelo grande aumento do êxodo de pessoas que migraram de pequenas cidades (ou mesmo da zona rural) para aquelas cidades em que enxergavam conseguirem uma melhor condição de vida social e econômica, isso já devido ao crescimento econômico que apresentavam.

Quando visualizamos os dados referentes ao Produto Interno Bruto (PIB) desses municípios, a situação é parecidíssima com os dados sobre população.

TABELA 8 - Variação do PIB de Caruaru e seu entorno – 1996/2009

Município	PIB – 2009 (R\$)	Variação Total do PIB a preço constante 2000/2010 (%)	Variação média anual do PIB – 1996/2009 (%)
Agrestina	108.811	50,9	4,3
Brejo da Mãe de Deus	163.271	48,2	6,7
Caruaru	2.428.599	49,2	5,7
Cupira	93.631	29,4	5,4
Riacho das Almas	91. 226	67,6	3,8
Santa Cruz do Capibaribe	400.885	63,9	8,6
Surubim	269.852	45,1	5,6
Taquaratinga do Norte	103.842	53,2	4,3
Toritama	149.176	101,2	11,7
Vertentes	66.013	57,4	6,5
Todos o municípios	3.875.206	56,1	-
-	-	-	-
Brasil	3.239.404.000	36,2	-
Nordeste	437.720.000	47,9	-
Pernambuco	78.428.000	44,3	-

Fonte: SEBRAE, 2010.

Quando observado o crescimento do PIB dentre esses municípios, ocorre o mesmo quanto ao crescimento populacional. Caruaru (49,2%), Santa Cruz do Capibaribe (63,9%) e Toritama (101,2%) apresentam os maiores crescimentos durante o período entre 2000 a 2010, esse ultimo município crescendo muitíssimo acima da média anual. Esse fator também é crucial para o estudo, já que o Agreste Pernambucano ultrapassa da mesma forma as taxas estaduais (36,2%), regionais (47,9%) e nacionais (44,3%) de crescimento do PIB. Em suma, entre 2000 e 2009 o PIB da região Agreste de Pernambuco expandiu 56%. Isso significa um crescimento 2,2 vezes mais rápido que o Brasil e 2,4 vezes mais rápido que o Nordeste e Pernambuco.

Ainda segundo o IBGE (2010), a Incidência de Pobreza (pessoa com idade ativa com rendimento de até ½ salário mínimo em 2010) os municípios que mais se destacam, ou seja, aqueles municípios que possuem uma população em que cada individuo tenham pelo menos meio salário mínimo, são: Santa Cruz do Capibaribe (em 7º lugar), Caruaru (em 8º lugar) e Toritama (em 11º

lugar). Já quanto ao Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM) de 2009, se destacam Caruaru (em 4º lugar) e Santa Cruz do Capibaribe (em 15º lugar).

A dinâmica econômica dessas aglomerações empresariais tende a favorecer ao aumento de geração de emprego e renda, contribuindo para a diminuição das disparidades que possam existir. Com isso, à medida que o APL vai se desenvolvendo, as externalidades positivas provenientes dos mesmos vão se refletindo nos municípios mais próximos da região, efeito esse chamado de Transbordamento (SILVA, p.54). Esse efeito explica o motivo para que alguns municípios acompanhem o crescimento de seus vizinhos mais favorecidos, uma vez que a tendência é que os municípios vizinhos “imitem” o estilo de desenvolvimento praticado por aqueles que já estão em desenvolvimento.

Para complementar esse pensamento SILVA (2009) reforça dizendo:

“São todos municípios limítrofes, cujos habitantes ao perceberem a melhoria de renda dos moradores daquelas localidades que lograram em investir inicialmente na produção de artigos de vestuário, decidiram tentar auferir o mesmo resultado positivo dos seus vizinhos”. (SILVA, 2009 apud ANDRADE, 2008, p. 110).

4.2 A seca como migração para a Indústria Têxtil

No dia 5 de Maio de 2012 o portal de notícias G1 noticia a manchete:

“Agreste de Pernambuco vive a pior seca dos últimos anos. Os açudes que ainda têm água estão com o nível bem abaixo do normal. De acordo com a Secretaria de Agricultura do município, não chove na região desde dezembro do ano passado. O pasto não cresce e o gado está morrendo de fome. A presença de urubus é sinal de mais carcaças. Mais de 60 municípios de Pernambuco decretaram situação de emergência”. (Portal G1, 2012).

No dia 9 de Setembro do mesmo ano, o mesmo portal divulga a informação que:

“A seca está prejudicando a produção de leite no Nordeste. A situação é complicada mesmo onde choveu um pouco. A falta de chuva tem prejudicado os criadores em toda a região do agreste de Pernambuco. No município de Bom Conselho, um dos principais produtores de leite de Pernambuco, não há pasto e 90% dos açudes do lugar estão vazios.” (Portal G1, 2012).

Pernambuco foi considerado um dos principais produtores de cana-de-açúcar do Nordeste durante mais de três décadas. Porém esse cenário mudou, dando lugar ao setor de serviços como a principal fonte de receita do estado. A agricultura pernambucana baseia-se ainda na cultura da cana-de-açúcar, porém todas as plantações localizadas na Zona da Mata estão sendo substituídas pelo plantio de rosas, gladiolo e crisântemo. Na região Petrolina a fruticultura irrigada é predominante como sustento da região, alcançando até níveis de exportações altos. Lá se obtém uva, manga, melancia e banana; produtos que circulam pelas mesas da população de todos os estados e quiçá até mesmo de outros países. A pecuária é composta por rebanhos de ovinos e caprinos, dando leite, carne e derivados. Todo o estado é bastante diversificado, uma vez que conta com a presença do Rio São Francisco como dádiva de ajuda para colheitas, trato do animal e consumo diário (DIEESE, 2012).

Esse cenário muda quando chegamos ao agreste do estado de Pernambuco. Essa é a região mais seca do estado e que encontra-se mais longe do Rio São Francisco. Há a presença de outros rios, mas estes são temporários e não facilitam ajudando a população com plantio e outras atividades. As cidades pertencentes a essa região pernambucana cultivam feijão, mandioca, cebola, milho e trigo, mas essas atividades não são exploradas ao extremo, ficando apenas como atividade de subsistência, uma vez que o clima não é favorável tanto para plantação, como para criação de animais. Assim como visto nas notícias que abrem esse tópico, as chuvas são escassas nessa região, acontecendo apenas entre os períodos de maio a julho e mesmo assim pode acontecer de não se tornar favorável.

Durante o ano de 2012 ocorreu uma impiedosa falta de chuva na região que desolou agricultores locais. Era necessário sobreviver à espera de “carros-pipa” para abastecer cisternas ou ter que caminhar distâncias para encontrar açudes que resolvessem o problema da falta de água. Nesse período seco era necessário um alto controle de água, sendo necessário estar um dia com água e doze sem. Com isso a produção local, segundo os dados da Secretária local de agricultura, reduziu 10% a menos que em outras épocas. Assim como a falta de chuva, outros fatores que desfavorecem o cultivo e a criação de animais em algumas regiões foram a condição do solo, pedregoso e infértil, e o clima extremamente quente, facilitando apenas a sobrevivências de plantas já nativas dessa região (SEBRAE, 2012).

Segundo Andrade (2008) as atividades relacionadas ao setor têxtil são iniciadas no final da década de 1940 na região de Santa Cruz do Capibaribe, na qual durante essa década a região estava sofrendo um processo de reestruturação produtiva com mudanças na agricultura, atividade que era dominante naquela época, além de que as taxas de desemprego eram altíssimas, fazendo com que as mulheres, principais responsáveis pelas rendas familiares, se dedicassem ao trabalho caseiro de costura.

O surgimento desta atividade na região está condicionado a uma série de fatores. Um primeiro refere-se à organização da produção urbana. Não bastassem as dificuldades de ordem climática, as quais se desdobravam em perdas no cultivo de culturas de subsistência (mandioca, milho, feijão e fava), outro aspecto que colaborou para a expropriação do pequeno produtor, que já trabalhava sob condições rudimentares, foi a expansão da produtividade na agropecuária, que passou a requerer menor quantidade de mão-de-obra para a realização da produção, bem como a incorporação das menores propriedades às maiores (XAVIER, 2006 apud ANDRADE, 2008, p.112).

A seca não é um problema referente às décadas atuais, mas sim um problema que perdura desde muito antes, dos tempos da chamada “Seca de 60” em que os períodos sem água eram bem maiores e nem mesmo os programas governamentais, em moda na época, davam conta de acabar com o problema. Por isso que a mudança na atividade econômica do estado foi uma necessidade de urgência para que se pudesse encontrar outra atividade que não dependesse exclusivamente de fontes naturais de água para seu funcionamento. O auge da plantação de algodão da época e a produção artesanal à base da costura, foram os fatores que motivaram a mudança de foco no desenvolvimento do estado. Com essas atividades, somadas ao pequeno comércio local, foi que o Agreste Pernambucano começou a enxergar uma nova visão de futuro para suas próximas gerações.

A produção de confecções têxteis foi uma boa maneira de salvação para a região. Apesar de a cadeia têxtil necessitar da água como matéria prima para a confecção de malhas, isso não seria um fator negativo para a região, uma vez que a mesma somente trabalha com a malharia já pronta para a confecção. Daí o motivo em dizer que os polos de confecção pernambucano somente trabalham em seus elos de produção com o processo de confecção de vestuário, não investindo necessariamente com a produção da malha. O Algodão foi o principal produto produzido em diversas cidades do estado. Tudo começaria de uma forma artesanal e braçal e somente com o desenvolvimento de tecnologias que chegaram e com a inserção da industrialização no Brasil, foi que o estado se transformou num dos maiores produtores de produtos e derivados têxteis.

Segundo Andrade (2008), mesmo em 1960 já existia unidades fabris atuantes, mas foi somente em 1980 que Caruaru expõe um crescimento elevado de produção de vestuários. E é exatamente na feira da Sulanca de Caruaru que esses artigos produzidos são comercializados.

4.3 A configuração do APL de confecções do Agreste Pernambucano

Segundo os versos da canção interpretada por Luiz Gonzaga, é possível encontrar de tudo que se venda na feira de Caruaru³. Apesar de ser um eufemismo relatando a extensão da feira local com sua cultura, tradição e pluralismo, a canção está certa quanto ao tamanho do popularismo da mesma, assim como das outras pertencentes aos demais municípios. Juntando as três principais cidades de distribuição têxtil do agreste, é possível enxergar a grande concentração do fluxo comercial do produto dentro do estado de Pernambuco. Mas afinal de contas, o que essas três cidades têm de tão importante para movimentar um número grande de comerciantes e curiosos? Nos próximos tópicos nosso estudo irá apresentar a configuração econômica do nosso objeto de estudo, ou seja, sobre propriamente o APL de Confecção. Os dados são com base na pesquisa realizada pelo SEBRAE (2012) que expõem a dimensão do APL. A seguir será possível conhecer o volume de empresas atuantes no setor, a quantidade de mão de obra e como ela se classifica (nível de instrução, parentesco e renda), e a formalidade das Unidades em funcionamento. Todos esses motivos estarão interligados para a explicação do funcionamento do APL, configurando suas características na atuação dentro dos municípios participantes da amostra no Desenvolvimento do estado.

4.3.1 A feira da Sulanca

Há um quarto de século foi possível notar o grande interesse de produtores e comerciantes ao redor das cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Quando perguntados sobre o destino comercial para compra de produtos para revenda, os comerciantes de outras cidades, e até mesmo os locais, respondem com um “Irei à feira da sulanca de tal cidade”. A feira da Sulanca tem origem nos anos 1940, ainda quando Santa Cruz do Capibaribe era Vila e vários comerciantes

³ A feira de Caruaru – Luiz Gonzaga (Composição de Onildo Almeida – 1973)

vendiam restos de panos produzidos nas indústrias por preços baratos (SILVA, 2009). O termo popularizou e a expressão “Feira da Sulanca” tornou-se significado de fazer compras no polo de confecções do Agreste de Pernambuco, onde muitos aproveitam o comércio no grande centro de Caruaru ou simplesmente vão comprar na fonte, indo direto ao fabricante de vestuários em Toritama e Santa Cruz do Capibaribe. Porém vale lembrar que o termo “Feira da Sulanca”, originário do tempo em que na região se comercializavam apenas retalhos de panos chamados “sulanca” na expressão popular, tornou-se depreciativo. Durante uma pesquisa realizada no ano de 2002 pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE), o tradicional comércio e a fabricação de vestuários tornou-se a chamar “Polo de confecções do Agreste Pernambucano”, fazendo com que a terminologia antiga caísse em desuso e o novo termo passasse a soar mais formal para os inúmeros estudos que viriam a surgir daí por diante. Porém, ainda hoje várias pessoas ainda utilizam do termo “Feira da Sulanca” ou “Polo da Sulanca” para referir-se ao polo têxtil de Pernambuco. (SEBRAE, 2012).

O grande crescimento comercial dos produtos têxteis só se deu em 1980, quando junto com Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe se junta Toritama, expandindo o processo produtivo de jeans (isso ocorrido com a instalação de lavanderias que auxiliaram no tingimento de peças). (ANDRADE, 2008, p. 116).

Em 1990 – período em que o Brasil durante sua conjuntura do momento abre seu comércio exteriormente – o APL do Agreste Pernambucano sofre alguns impactos econômicos, fazendo com que os confeccionistas necessitem unir-se para lutar contra as dificuldades da abertura do mercado brasileiro (SILVA, 2009, p. 56).

Por essas razões é criada a Associação dos Confeccionistas de Santa Cruz do Capibaribe (ASCAP) e a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) que propiciam a construção de estratégias competitivas. Sendo assim o Triângulo das confecções se une para encontrar melhorias no processo produtivo, trazendo melhorias de mão de obra, tecnologia e etc.. À medida que o mercado vai se estabilizando, Caruaru se transforma no maior centro de comercialização confeccionista, além de escoar boa parte da produção para outros estados, inclusive até outros países.

4.3.2 A classificação das Unidades produtivas

Nos elos da cadeia produtiva têxtil apresentados anteriormente, exatamente quando chegamos ao elo da *confecção*, ou seja, na etapa do processo em que já com o tecido pronto (malharia) é possível dar destino a essa matéria prima para a produção de vestuários (no caso de roupas), produtos técnicos (produtos para corporações ou outras grandes indústrias) e produtos para o lar (roupas de cama, mesa e banho). É dentro desse processo de *confecção*, onde constitui boa parte do processo têxtil do Agreste Pernambucano, que se classificam os tipos de empreendimentos (ou facções) que trabalham com o processo de comércio do produto têxtil. Daí o principal motivo para a indústria crescer exponencialmente na região, já que por esse elo necessitar do pouco consumo de água na produção, faz ser uma atividade favorável para a região que sofre com a escassez do bem.

Segundo o SEBRAE (2012, p.25-6) classificou em seu estudo de análise, é possível encontrar três tipos de classificação para os empreendimentos como descritos a seguir:

- **Unidade:** é todo e qualquer conjunto de uma ou mais pessoas, com administração independente que se reúne de forma regular para (I) produzir confecções, (II) desempenhar funções que constituem o processo produtivo, (III) produzir componentes de peças. As unidades podem ser grandes ou pequenas, formais ou informais, de criação antiga ou recente;
- **Empresa:** é a unidade que produz confecções na forma de produtos finais. Algumas executam todos os processos de produção e outras subcontratam;
- **Empreendimentos complementares:** é unidade produtiva que desempenha tarefas que correspondem a etapas do processo de produção produtiva de confecções, como costuras ou produção de partes de uma peça.

Vale ressaltar que se uma Unidade diz que produz e vende um produto sem terceirizar, ela é considerada uma Empresa.

Sendo assim, em todos os municípios participantes da amostra existem Unidades, Empresas e Empreendimentos complementares essas compostas por indústrias de grande porte, lojas de

confeção de vestuário e roupa de cama, mesa e banho, pequenos ateliês de fabricação, boutiques, a feira pública e os polos de comercialização como o Shopping Moda Center.

Silva, 2009 *apud* Basques (2004) vai nos dizer que o segmento confeccionista, geralmente, é composto por uma maioria de micro e pequenas empresas, dotadas de baixo conteúdo tecnológico, sem utilização de métodos de gestão da produção concentradas em mão de obra barata e pouco qualificada. Além disso, é predominante o caráter de informalidade, principalmente por empresas locais de pequeno porte, o que formará em si o APL.

4.3.3 A atividade no APL do Agreste Pernambucano

Para respondermos ao problema levantado nesse estudo, os próximos tópicos analisarão como se configura a atividade no setor de produção confeccionista, mostrando então a quantidade de Unidades em funcionamento assim como sua formalidade e informalidade, a quantidade e classificação da mão de obra e como tais fatores implicam na atividade desempenhada no setor, principalmente na relação entre a população empregada nesse tipo de atividade e a importância do polo para o Agreste Pernambucano.

4.3.3.1 – As Unidades em funcionamento

Durante o ano de 2012 foi registrado o maior aumento do número de unidades produtivas de confecção no Agreste Pernambucano. Esse aumento deu-se pela descoberta do setor têxtil como sendo o maior potencial de crescimento da região, uma vez que possibilita outras formas de captar os ganhos da economia que não sejam as atividades agropecuárias ou atividades com o setor de serviços. A tabela a seguir comprova esse crescimento, dando destaque não somente para as dez cidades da amostra, mas principalmente as três principais: Caruaru com 24,1%, Santa Cruz do Capibaribe com 38,1% e Toritama com 15,0% do total de unidades da região em atividade.

TABELA 9 - Quantidade estimada de unidades produtivas de confecção nos dez municípios do Agreste Pernambucano – 2012.

Municípios	Número de unidades	% do total	Quantidade de empresas	Quantidade de empreendimentos complementares
Agrestina	299	1,6	129	170
Brejo da Mãe de Deus	1.396	7,4	1.156	240
Caruaru	4.530	24,1	1.313	3.217
Cupira	135	0,7	80	55
Riacho das Almas	415	2,2	124	291
Santa Cruz do Capibaribe	7.169	38,1	5.722	1.497
Surubim	454	2,4	291	163
Taquaratinga do Norte	1.185	6,3	821	364
Toritama	2.818	15,0	962	1.856
Vertentes	401	2,1	146	255
Total da amostra	18.803	100,0	10.744	8.060

Fonte: SEBRAE, 2012.

Na mesma tabela é possível também identificar o percentual de Unidades que se dividem em Empresas e Empreendimentos complementares, sendo visto que as Unidades na categoria Empreendimentos complementares são as que estão em maior número em alguns municípios, principalmente no triângulo das confecções, ou seja, isso significa dizer que a maioria das empresas de grande porte funcionam de forma que necessitem da contribuição de facções ou empreendimentos complementares no processo de confecção. O fato de que alguns municípios possuam maior quantidade de Unidades do tipo Empresa pode ser significativo no sentido da unidade realizar todas as atividades de confecção na mesma empresa, fator corriqueiro em cidades pequenas para evitar altos custos de produção, uma vez que na mesma cidade não oferecem serviços terceirizados. Além disso, outros fatores serão analisados mais adiante para tal fenômeno.

Dentre as três cidades do triângulo das confecções, a que mais teve variação quanto ao seu crescimento de Unidades produtivas entre 2002 e 2012 foi Caruaru (90,34%), seguida de Toritama (28,32%). Caruaru foi o município com maior crescimento de Unidades Produtivas devido ao elevado número de empresas comerciais que foram inauguradas nos últimos anos, além de ser o centro de comercialização e realizar uma boa parte do processo produtivo final da confecção. No

município de Santa Cruz do Capibaribe ocorre um fato específico, visto que segundo a Tabela 8 sobre a variação do PIB nos municípios citados, a mesma apresenta um crescimento de 63,9% enquanto que na Tabela 10 (a seguir), é apresentado um declínio no número de Unidades produtivas criadas recentemente. Segundo o SEBRAE:

A única explicação para o declínio do número de unidades produtivas em Santa Cruz do Capibaribe é que tenha havido um processo de concentração do setor produtivo, ou seja, que as unidades produtivas se tenham tornado maiores, de modo que um número menor delas fosse capaz de gerar uma produção maior. (SEBRAE, 2012, p.35).⁴

TABELA 10 - Quantidade estimada de variação de unidades produtivas entre 2002 e 2012 (Apenas os municípios de Caruaru S. Cruz do Capibaribe e Toritama)

Municípios	2002	2012	Variação 2002/2012 (%)
Caruaru	2.380	4.530	90,34
Santa Cruz do Capibaribe	7.565	7.169	-5,23
Toritama	2.196	2.818	28,32
Total	12.141	14.517	19,57

Fonte: SEBRAE, 2012.

Quando se destacam novamente apenas os três municípios do triângulo quanto à comparação entre a variação do crescimento de Unidades produtivas, durante o ano de 2002 para o ano de 2012 é possível notar apenas um crescimento mais exacerbado do município de Santa Cruz do Capibaribe (de 77,6% para 79,8%), enquanto que Caruaru e Toritama tem uma certa queda no aumento de Unidades (71,6% para 29,0% e 54,3% para 35,4% respectivamente). A mesma explicação para a redução das Unidades nesses dois municípios é dada segundo a nota de rodapé quatro. A tabela a seguir apresenta os dados explicados:

⁴ Essa explicação é necessária para explicar o motivo de dados tão contraditórios. Segundo a pesquisa realizada pelo SEBRAE, o motivo mais óbvio para esse acontecimento é a mudança da forma metodológica de aplicação da pesquisa que foi realizada entre 2000 e 2010, sendo nesse último ano reformulada. A mudança na forma metodológica não afeta os resultados do estudo.

TABELA 11 - Quantidade percentual estimada de variação entre as Unidades Produtivas entre 2002/ 2012
(Apenas os municípios de Caruaru S. Cruz do Capibaribe e Toritama)

Municípios	2002	2012
Caruaru	71,6	29,0
Santa Cruz do Capibaribe	77,6	79,8
Toritama	54,3	35,4
Total	72,3	55,1

Fonte: SEBRAE, 2012.

4.3.3.2 Formalidade das Unidades produtivas

Quando analisado os resultados quanto à formalidade dessas Unidades Produtivas, os números revelam uma informação bastante relevante (Tabela 12) que explicará algumas outras informações mais adiante. Segundo dados da RAIS (2012), todos os municípios da amostra apresentam maior número de Unidades informais, ou seja, que não são registradas no Cadastro Nacional de pessoas Jurídicas, não possuindo então o CNPJ.

TABELA 12 - Quantidade estimada de unidades produtivas de confecção nos municípios do Agreste Pernambucano segundo Formalidade e informalidade – 2012.

Município	Quantidade de Unidades Informais	Quantidade de Unidades Formais
Agrestina	261	38
Brejo da Mãe de Deus	1.173	223
Caruaru	3.568	963
Cupira	113	22
Riacho das Almas	339	76
Santa Cruz do Capibaribe	5.820	1.349
Surubim	304	150
Taquaratinga do Norte	1.057	128
Toritama	2.174	644
Vertentes	329	72
Total da amostra	15.138	3.666

Fonte: SEBRAE, 2012.

Também como mostra a tabela a seguir, o maior índice de Unidades Informais está localizada na categoria dos Empreendimentos Complementares com 93,2% seguido do número maior de Unidades do tipo Empresa com 66,4 % sendo formais.

TABELA 13 - Variação Percentual de Unidades Formais e Informais – 2012

	Empresas (%)	Empreendimentos Complementares (%)
Informalidade	66,4	93,2
Formalidade	33,6	6,8
Total	100,0	100,0

Fonte: SEBRAE, 2012.

4.3.3.3 Mão de obra e escolaridade, explicação para um fator.

A construção desse tópico é essencial para a explicação de um fator principal que motiva o grande crescimento das Unidades Produtivas da região Agreste na produção e distribuição do setor Têxtil. A seguir poderemos analisar informações referentes à distribuição da mão de obra ocupada na confecção, assim como ela pode ser classificada de acordo com sua escolaridade e se boa parte dessas pessoas no trabalho são familiares (pertencentes a um mesmo grupo familiar), fatores esses que mostram ser importantes para o número elevado de Unidades em funcionamento, assim como a renda que circula no município em que cada Unidade se localiza.

Após analisado os dados referentes à ocupação da mão de obra, foi possível entender alguns fatores, e o primeiro deles, como mostra a tabela a seguir, é referente à quantidade de pessoas ocupadas por Unidade Produtiva e sua classificação quanto a Empresa ou Empreendimento Complementar. Segundo os dados, a maioria das Unidades Produtivas concentram até 2 (duas) pessoas ocupadas na confecção, sendo a maior parte dessas pessoas funcionárias em Unidades Produtivas do tipo Empresas. Já quanto ao restante das Unidades, a maioria em comum ocupam em torno de 2 (duas) até 10 (dez) pessoas por Unidade, sendo essa maioria do tipo Empresa. Ao todo o restante das Unidades do tipo Empresa que ocupam sua maioria entre 2 e 10 chega a 22,2% do total. Uma explicação para a maioria das Unidades ocuparem em torno de 2 (duas) pessoas por empresa é considerar que esses trabalhadores, na maioria dos casos, são pessoas da própria família que

trabalham para essa Unidade ou simplesmente abriram um pequeno negócio. Essa explicação será analisada com mais detalhes logo adiante quando chegarmos aos dados sobre a quantidade de Familiares envolvidos nas Unidades Produtivas.

TABELA 14 - Distribuição das unidades produtivas, empresas e empreendimentos complementares por intervalos de quantidade de pessoas ocupadas (exclusive proprietários e familiares) – 2012.

	Unidades produtivas (Empresas + empreendimentos complementares)		Empresas		Empreendimentos complementares	
Quantidade de pessoas ocupadas	Quantidade de unidades produtivas	(%)	Quantidade de empresas	(%)	Quantidade de empreendimentos complementares	(%)
Até 2	13.665	72,7	7.679	71,5	5.987	74,3
Entre 2 a 4	2.933	15,6	1554	14,5	1.379	17,1
Entre 4 a 6	761	4,1	424	3,9	343	4,3
Entre 6 a 8	424	2,4	224	2,2	200	2,5
Entre 8 a 10	231	1,2	173	1,6	58	0,7
Entre 10 a 12	123	0,7	103	1,0	21	0,3
Entre 12 a 14	66	0,4	58	0,5	8	0,1
Acima de 14	587	3,1	523	4,9	64	0,8
Não souberam responder	7	0,0	6	0,1	1	0,0
Total	18.803	100,0	10.744	100,0	8.060	100,0

Fonte: SEBRAE, 2012.

Quando analisada o grau de instrução educacional dessa mão de obra ocupada na produção têxtil, é possível reconhecer uma realidade bastante alarmante. A tabela abaixo mostra a quantidade percentual de pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever por município participante da amostra e a quantidade em média das matrículas realizadas durante o ano de 2012 nas escolas públicas nos níveis fundamental e médio. O dado mais grave é constatar que todos os municípios da amostra possuem uma população com mais de 15% no total que não sabem ler ou escrever. Os números mais elevados são nos municípios de Riacho das Almas (34,5%), Agrestina (32,4%) e Brejo da Mãe de Deus (32,3%). Quanto à quantidade de matrículas entre os níveis

Fundamental e médio, é possível constatar um número maior de matrículas no Ensino fundamental, o que especifica dizer que a maioria da população ainda não alcançaram nem sequer o nível médio.

TABELA 15 - Quantidade percentual de população analfabeta e número de matrículas na rede pública de ensino do nível fundamental e médio – 2012.

Município	Pessoas com 15 anos ou mais que não sabem ler ou escrever (%)	Matricula - ensino fundamental (Matriculas)	Matricula – Ensino Médio (Matriculas)
Agrestina	32,4	4.971	692
Brejo da Mãe de Deus	32,3	9.121	1.328
Caruaru	15,6	52.390	14.004
Cupira	30,7	5.109	1.038
Riacho das Almas	34,5	3.396	700
Santa Cruz do Capibaribe	16,0	15.413	3.506
Surubim	24,9	10.734	3.129
Taquaratinga do Norte	23,0	3.921	808
Toritama	20,6	6.563	949
Vertentes	24,4	2.955	553

Fonte: SEBRAE, 2012.

Para explicar melhor a participação da população na atividade confeccionista da região agreste de Pernambuco, observemos os dados apresentados abaixo pela Tabela 16 que demonstra a quantidade total de pessoas ocupadas em relação com a população em idade ativa para trabalhar. Dos três municípios que mais se destacam da amostra, podemos citar que Toritama (61,4%), Santa Cruz do Capibaribe (53,8%) e Taquaratinga do Norte (29,3%) são os que mais possuem percentualmente o número de pessoas em idade ativa ocupadas na confecção. O município de Caruaru nesse caso não é tão destacado como os demais por motivos do município, diferente dos demais, oferecerem outras atividade que não a confecção para empregar grande parte da população em idade ativa. Por esse motivo, os municípios do interior oferecem maior destaque. Mas de forma resumida, todos os municípios da amostra apontam uma quantidade considerada de ocupação na atividade confeccionista.

TABELA 16 - Quantidade de pessoas ocupadas nas Unidades produtivas e quantidade da população em idade ativa nos municípios da amostra -2012

Município	Total de pessoas ocupadas na confecção	População em idade ativa	Relação percentual das pessoas ocupadas na confecção e da população em idade ativa (%)
Agrestina	1.402	18.959	7,4
Brejo da Mãe de Deus	7.580	36.864	20,6
Caruaru	24.963	264.345	9,4
Cupira	1.286	19.666	6,5
Riacho das Almas	2.629	16.185	16,2
Santa Cruz do Capibaribe	38.973	72.459	53,8
Surubim	3.184	49.291	6,5
Taquaratinga do Norte	6.972	20.721	29,3
Toritama	17.750	28.908	61,4
Vertentes	3.338	15.117	22,1
Total	107.177	542.521	19,8

Fonte: SEBRAE, 2012.

Quando destacado da pesquisa a quantidade de familiares trabalhando nas unidades produtivas, ou seja, quantas pessoas que são parentes que trabalham na mesma empresa em comum, o número é considerado importante conforme dados da tabela abaixo:

TABELA 17 - Quantidade de familiares trabalhando nas unidades produtivas e sua divisão quanto a Empresa ou empreendimento complementares - 2012

Número de famílias trabalhando	Unidades Produtivas		Empresas		Empreendimentos complementares	
	Total	%	Total	%	Total	%
1	5.175	40,8	3.077	40,8	2.098	40,9
2	4.197	33,1	2.368	31,4	1.829	35,6
3	1.686	13,3	1.265	16,8	421	8,2
4	883	7,0	414	5,5	469	9,1
5	455	3,6	171	2,3	284	5,5
Acima de 5	278	2,2	247	3,3	31	0,6
Total	12.674	100,0	7.542	100,0	5.132	100,00

Fonte: SEBRAE, 2012.

Observe que a maioria das Unidades produtivas possui em média uma família (com parentes em comum) trabalhando na mesma empresa (40,8%), seguidos de 2 (duas) famílias (33,1%) e 3 famílias (13,3%). Em todas as Unidades é encontrado uma relação familiar entre funcionários e boa parte dessas Unidades com parentesco é do tipo Empresas, com um total de 7.542 unidades.

Quando passado a analisar o Rendimento Bruto Médio Mensal dos trabalhadores por atividade exercida dentro da Unidade foi considerado as médias salariais apresentadas no quadro a seguir:

TABELA 18 - Rendimento Bruto médio mensal dos trabalhadores nas empresas e empreendimentos complementares na atividade de confecção segundo atividade exercida – 2012.

Atividade exercida	Empresas (R\$/Mês)	Empreendimentos complementares (R\$/Mês)
Criação	1.135,30	-
Produção	681,13	631,73
Beneficiamento	683,71	583,72
Manutenção	-	-
Administração	1.419,5	938,36
Vendas	1.116,5	-
Estagiário	-	-

Fonte: SEBRAE, 2012.

E bem claro enxergar que a média salarial é maior nas Unidades produtivas do tipo Empresa, exatamente pelo fator das Empresas realizarem todo o trabalho de maneira completa, sem o auxílio de outras Unidades para terceirizar alguma etapa da produção.

De forma resumida para explicar esse tópico, é maior o número de Unidades produtivas informais na categoria Empreendimentos Complementares, uma vez que é esse tipo de Unidade que mais realiza serviços terceirizados, sendo necessário um número maior de mão de obra, o que explica por sua vez o porquê da informalidade e do alto grau de funcionários analfabetos ou com pouco grau de instrução. Da mesma forma existe um número elevado de Unidades Produtivas do tipo Empresa com até duas pessoas ocupadas na produção, sendo esse tipo de Unidade Informal. A explicação para esse fator é, segundo a tabela 17, a criação de Empresas Informais por Familiares, o que não necessita da criação de novos postos de trabalho, caracterizando como um empreendimento familiar que ajuda financeiramente a própria família, assim como a economia local.

Segundo Silva (2009, p.59), assim como em Toritama e Santa Cruz do Capibaribe, a atividade de confecções em Caruaru está assentada na produção doméstica, gerando relações de

trabalho inapropriadas sem nenhuma garantia na continuidade do empreendimento e da absorção da mão de obra. Esse fator explica essencialmente as relações entre Unidades Produtivas de grande porte e os empreendimentos domiciliares. Andrade (2008) reforça esse sentido de produção ao dizer que a Unidade de produção do APL é uma pequena fábrica informal de natureza domiciliar, em que parte do domicílio é adaptado para determinadas fases do processo produtivo, além de algumas vezes servir também para comercialização, e outra parte da residência é reservada para a moradia.

Não é a toa que 75% das pessoas ocupadas dentro dessas unidades domiciliares são mulheres (SILVA, 2009), que já possuem experiência com costura e aceitam receber encomendas de grandes indústrias para conseguirem renda para a família. Boa parte das Unidades, formais e informais, encaminha grande quantidade de sua produção para as empresas domiciliares, essas chamadas de facções, onde realizarão alguma etapa final do processo, sendo corte ou costura. São nessas facções que estão engajados pessoas do mesmo grupo familiar. Após o fim do processo é que se encaminha a produção, já pronta, para a comercialização. Além disso, a realização da costura por essas mulheres, donas de casa, é o processo mais procurado por grandes empresas, já que os domicílios cobram um pequeno preço, diminuindo então o custo de produção do elo maior.

Ainda voltando ao assunto quanto à formalidade dessas unidades, o SEBRAE (2012), irá destacar que “quase 100% dos domicílios que realizam esse tipo de atividade são informais, de modo que nenhum dos trabalhadores possui carteira assinada e nem tampouco a atividade realizada possui registro”.

Segundo Andrade (2008, p.154):

Praticamente isentos de fiscalização, tais produtores informais ao tirarem proveito com esta prática não se interessam pela formalização, mesmo porque muitos deles só conseguem se manter atuando caso continuem sem ter obrigações tributárias e trabalhistas a cumprir.

Silva (2009) concorda com essa afirmação de Andrade (2008) ao dizer que esse processo de informalidade é o que faz gerar a livre concorrência na região, uma vez que reduz os baixos custos e aprimora as negociações dentro do negócio.

Em suma, a economia das empresas do Arranjo Produtivo Local de confecções do Agreste Pernambucano apresenta grande representatividade familiar, de modo que o proprietário é quase sempre quem gerencia a Unidade e com uma grande participação dos membros da família na organização. Para isso existem até famílias que utilizam da concessão de empréstimos para melhoria do estabelecimento. O quadro a seguir traz o percentual dessa quantidade:

TABELA 19 - Quantidade de Unidades Produtivas que utilizaram de empréstimos para melhoria do Negócio – 2012.

	Empresas (%)	Empreendimentos complementares
Sim, a bancos	17	9
Sim, a terceiros	1	-
Sim, a bancos e terceiros	-	-
Não	72	80
Não sabem responder	10	10
Total	100	100

Fonte: SEBRAE, 2012

Como visto na tabela, a maioria dos empréstimos realizados são provindos de bancos, o que essencialmente mostra também a atividade de incentivo realizada pelas agências financeiras da região. É com esse incentivo financeiro que a atividade confeccionista consegue melhorias no maquinário para produção, a possibilidade de novas negociações com revendedores e até reforças físicas no local de comercialização. A explicação para que ainda existam Unidades Produtivas que não procurem ajuda financeira cedida por bancos ou agências terceirizadas, é dada pela dificuldade burocrática que os Empresários encontram para conseguir os benefícios.

Se o dinheiro existe, a explicação mais provável para que a maioria das unidades produtivas do Polo nunca recorra a eles, é sua incapacidade de atender aos requerimentos legais mínimos para efetuar essas operações. Falta-lhes, para começo de conversa, o próprio CNPJ. Desta forma, a não utilização do crédito bancário por parte da quase totalidade das unidades produtoras de confecções no Agreste é mais uma consequência de sua informalidade. (SEBRAE, 2012, p.104).

4.4 – Outros fatores (Pontos Negativos e Positivos)

Através de uma entrevista realizada pelo SEBRAE (2012) com todos os participantes empresariais do Polo de Confecções do Agreste, foi possível levantar alguns pontos que mostraram perspectivas positivas e negativas quanto ao APL da região.⁵

Segundo os resultados dessa entrevista, foi possível observar como pontos positivos da implantação do APL fatores como: Preço baixo do produto e baixo custo de mão de obra, fatores que estão interligados, uma vez que é precisamente o baixo valor do salário dessa mão de obra que

⁵ Capítulo 12 do *Estudo Econômico do APL de confecções do Agreste* (2012, p. 115-117)

ditará o preço dos produtos; Capacidade empreendedora, adaptabilidade à mudança e pessoas ditas como “guerreiras”, pontos esses que estão explanados de acordo com o crescimento extenuado do APL, já que foi exatamente a adaptabilidade rápido da região agreste de Pernambuco que facilitou a implantação desse novo tipo de economia praticada, fator esse que aumentou drasticamente o número de famílias (ou não) inseridas em projetos de empreendedorismo, o que leva a outro ponto positivo citado, alta concentração de empresas num pequeno espaço, o que por sua vez trouxe melhoria de vida para a população; Formas de negociação adotadas, localização e radiação do Polo, que juntos esses últimos fatores resumem o sucesso de crescimento da implantação do APL já que foi exatamente a localização do Polo – principalmente das três maiores cidades produtoras (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama) no âmbito comercial – que facilitou a radiação do Polo, ou seja, a forma como as outras cidades vizinhas absorveram esse tipo de atividade e a adotou como forma de desenvolvimento, o que sucede nas melhorias de negociação tanto do comércio local como também de atividades financeiras relacionadas com bancos e etc..

Já quando citados os fatores negativos, é observado que todos os pontos citados estão relacionados ao fator Humano: Má formação da mão de obra, Escassez de mão de obra qualificada e falta de profissionalismo, fatores que estão ligados, conforme apresentado nesse estudo, de acordo com o alto índice de analfabetismo ou de qualificação escolar, o que consequentemente produzem trabalhadores menos qualificados e com falta de profissionalismo. Junto com esses fatores ainda foram citados a predominância de empresas informais e a carga tributária excessiva que exatamente pelas Unidades produtivas serem formadas em sua maioria por famílias, ainda deixa a desejar nesses fatores. Outros fatores preocupantes também citados são a Questão ambiental, a Imagem da região como produtora de bens de baixa qualidade e a falta de segurança.

Por fim, vale ressaltar que muitos estudos estão sendo desenvolvidos nessa região produtora de confecção, até mesmo o SEBRAE desenvolve projetos empreendedores para melhoria da qualidade gestora e profissional das Unidades. A região ainda tem muito a oferecer quanto à produção desse tipo de mercadoria e a cada dia apenas cresce mais, ganhando destaque para fora de sua região em desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação de Arranjos Produtivos Locais garante melhorias e alternativas diferentes de desenvolvimento para uma região carente do processo de crescimento econômico, por qualquer via que seja. É a utilização do APL como ferramenta de desenvolvimento que provoca a criação e ampliação do estudo nessa área como maneira, exógena e endógena, de melhoria nas tomadas de decisão entre os agentes de um sistema econômico que procura desenvolver-se.

Esse processo alternativo de crescimento através da implantação do APL ficou bastante claro e evidente quanto ao seu sucesso na região Agreste de Pernambuco e seu Polo de confecções Têxtil. A mudança desse setor, através de um processo histórico-natural, deu-se com a evidência do fracasso apresentado desde a década de 1960 com a proposta de desenvolver a região Nordeste através de planos governamentais que apenas provocaram transferências massivas de recursos e infraestruturas, e que fracassaram quanto ao alvo do plano que era desenvolver a região carente de chuvas, fortalecer a agricultura e fazer crescer os números da economia. Foi com o indício da cultura do algodão – produto abundante na região – que a economia têxtil deu seu pontapé inicial a partir da década de 1970 e a região conseguiu sair do cenário de subdesenvolvimento e, aproveitando a crise hidráulica e o fracasso da agricultura, usou das indústrias de confecção para estabelecer-se como a região que mais cresce como polo produtor de vestuário do Nordeste.

A região Agreste, principalmente Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, transformou-se no centro de produção e comercialização de confecções do estado, tornando-se referência em todo Nordeste e até mesmo o Brasil. A produção local motivou o crescimento da mão-de-obra, do número de unidades produtivas e até mesmo do pensamento empreendedor, o que mesmo com o alto grau de informalidade dos negócios, transformará grande porcentagem dessas unidades em futuros empreendimentos formais e até incentivar a criação de cursos de capacitação, uma vez que grandes órgãos públicos transformam o Polo de confecções em alvo de pesquisas e olhares de interesse.

É bem claro que essa informalidade é o fator principal que faz da produção têxtil um negócio vantajoso, já que boa parte das unidades produtivas são consideradas como Empreendimentos Complementares, realizando atividades terceirizadas e com menor custo (motivado pela não formalização). Outro fator é a criação dessas Unidades produtivas através de relações familiares, explicando o alto grau de aplicação de conceitos de empreendedorismo. Um ponto negativo é o

preocupante baixo grau de escolaridade dos indivíduos que trabalham nesse tipo de atividade, já que a maioria nem sequer concluiu o ensino fundamental completo. A explicação para esse fator, segundo a literatura, é a não exigência de requisitos escolares nos processos mais básicos da produção têxtil, ficando os indivíduos com alto grau de escolaridade apenas ocupados nos níveis organizacionais ou de criação.

Ficou bem claro que a competitividade é alta dentro desse polo produtivo dado o nível de informalidade que é alto. Porém esse fator pode acarretar em problemas futuros nos processos produtivos, uma vez que é necessário a introdução de inovações no setor e somente Unidades formais, ou seja, registradas perante o Estado, conseguem ter acesso a essa vantagem. Por isso que “para que este APL mantenha-se sustentável por um período de tempo maior, é necessário além da introdução de processos inovativos, o apoio de entidades institucionais.” (SILVA, 2009, p.74).

Sendo assim, as Unidades produtivas do Agreste Pernambucano oferecem título de instrumento de desenvolvimento para a região, sendo necessário à criação de incentivos e planos governamentais que foquem no princípio de tornar a região Nordeste uma das pioneiras na Indústria de Confecção, ampliando o comércio local e colocando as confecções na pauta exportadora de produtos de qualidade para outros estado e até mesmo outros países.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES. Disponível em <<http://www.abit.org.br>>. Acesso em 23 Out. 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA TÊXTIL E DE CONFECÇÕES (ABIT). **Cartilha da indústria têxtil e confecção brasileira: cenários, desafios, perspectivas, demandas**. Brasília: ABIT, 2012.

BARROS, Aidel Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia Científica**. Brasil: Makron, 3.ed. 2007.

BARROS, Izabelle Souza, **O cenário do polo de confecções do agreste de Pernambuco**. Pernambuco: SENAC, 2009.

BEZERRA, Francisco Diniz. **Análise retrospectiva e prospectiva do setor têxtil no Brasil e Nordeste**. Ceará: Informe Microeconomia, 2014.

BILALE, Aderito Francisco. **Desenvolvimento comunitário endógeno & Desigualdade e crescimento**. Moçambique: Universidade pedagógica de Moçambique, 2015.

BORGES G.M., ANDRADE A.M. N. **O desenvolvimento local de Caruaru via indústria de confecção: Uma alternativa possível?**. Caruaru: Interfaces, 2006.

BRASIL. Lei complementar n. 125, de 03 de Janeiro de 2007. Institui na forma do art. 43 da Constituição federal a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. **LEX**: Presidência da República, Casa Civil. Brasília, Decreto n. 6.219, jan. 2007.

BUARQUE, Sérgio C.. **Construindo o desenvolvimento local e sustentável: Metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável**. 5.ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTADOS SOCIOECONÔMICO (DIEESE). **Relatório de diagnóstico da DIEESE: Relatório final diagnóstico do setor têxtil de confecções de Caruaru e região**. Recife: DIEESE, 2010.

DINIZ, Clécio Campolina; BASQUES, Maria Fernanda Diamante. **A industrialização Nordestina recente e suas perspectivas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, Celso. **O Brasil Pós-milagre**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERNAMBUCO. **Geografia do estado de Pernambuco**. Disponível em <<http://www.pe.gov.br/conheca/geografia/>>. Acesso em 31 maio 2016.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Economia Brasileira Contemporânea**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 06 jan. 2015.

INSTITUTO DE ESTUDOS E MARKETING INDUSTRIAL. Disponível em: <<http://www.iemi.com.br>>. Acesso em: 25 maio 2016.

LASTRES, Helena M.M.; CASSIOLATO, José E. **Glossário de arranjos produtivos locais e inovativos locais**. Rio de Janeiro: SEBRAE, 2003.

LUCENA, Carlos Augusto Araújo et al. **A indústria de confecções em Pernambuco: Impacto e oportunidade em um cenário pós-ATC (Acordo sobre têxteis e confecções)**. Recife: UFPE, 2006.

MODA CENTER SANTA CRUZ. Disponível em: <<http://goo.gl/5zgCZk>> Acesso em: 25 maio 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, nordeste. planejamento e conflito de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PORTAL G1. **Agreste de Pernambuco vive a pior seca dos últimos anos**. Disponível em: <<http://goo.gl/P512xf>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

PORTAL G1. **Seca provoca redução na produção de leite no Agreste de Pernambuco**. Disponível em: <<http://goo.gl/fD3aVW>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

PROCHNIK, Victor. **Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio**. Campinas: FINEP, 2012.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br>> . Acesso em: 25 maio 2016.

SANTOS, Gustavo Antônio Galvão dos; DINIZ, Eduardo José; BARBOSA, Eduardo Kaplan. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento**. Fortaleza: BNDES, 2010.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PE QUE NAS EMPRESAS. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>>. Acesso em: 25 maio 2016.

SILVA, Tamyres Veridiana Da, **Arranjo produtivo local de confecções: o caso do município de Caruaru**. Pernambuco: UFPE, 2009.

SOUZA, Nali De Jesus De. **Desenvolvimento Econômico**. 6. Ed. São Paulo: Santos, 2012.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. **Desempenho Econômico da Região Nordeste do Brasil: 1960-9**. Brasília: SUDENE, 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE. Disponível em: <<http://sudene.gov.br>>. Acesso em: 05 maio 2016.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XX**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.